



Comissão
Europeia

[PRIMAVERA 2015 ▶ N.º 52]

panorama

inforegio

▶ Ajudar a concretizar a política de coesão

Grupo de Missão define prioridades para
o investimento e a implementação

- ▶ fi-compass
- ▶ 40.º aniversário do FEDER
- ▶ Promoção da cooperação
no domínio da Política Regional
com a América Latina

Política
Regional
e Urbana



Capa: Corina Crețu em visita ao Mémorial ACTe em Guadalupe.

▶ EDITORIAL	3
Corina Crețu, Comissária Europeia para a Política Regional	
EM DESTAQUE	
▶ GRUPO DE MISSÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO	4-6
▶ ROMÊNIA CELEBRA CASOS DE SUCESSO APOIADOS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS	7
▶ O PLANO DE INVESTIMENTO PARA A EUROPA	8-11
ENTREVISTAS	
▶ ESLOVÊNIA	12-13
Alenka Smerkolj, Ministra responsável pelo Desenvolvimento, pelos Projetos Estratégicos e pela Coesão	
▶ ALEMANHA	14-15
Rainer Baake, Secretário de Estado, Ministério Federal dos Assuntos Económicos e da Energia	
▶ NORD-PAS DE CALAIS, FRANÇA	16-17
Daniel Percheron, Presidente do Conselho Regional	
▶ BAIXA SILÉSIA, POLÓNIA	18-19
Marechal Cezary Przybylski	
▶ O FEDER COMEMORA 40 ANOS DE EXISTÊNCIA	20-21
▶ CORINA CREȚU EM VIAGEM	22-23
▶ MAPAS	24-25
Índice Europa 2020, 2012	
Alterações ao Índice Europa 2020, 2010-2012	
▶ A UE APOIA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS	26-27
▶ LEVAR A EXPERIÊNCIA EUROPEIA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL À AMÉRICA LATINA	28-31
▶ DIVULGAR A POLÍTICA REGIONAL	32
▶ PLANOS DE AVALIAÇÃO	33
▶ NOTÍCIAS BREVES	34-35
▶ PROJETOS	36-39
Exemplos de projetos da Eslovénia, Estónia, Hungria e Suécia	
▶ AGENDA	40



Fotografias (Páginas):
 Capa: © Comissão Europeia
 Página 2: Mémorial ACTe © aeroworx
 Páginas 3, 4-5, 7, 8, 20-21, 22-23, 34-35: © Comissão Europeia
 Páginas 10-11: © Banco Europeu de Investimento
 Página 12: © Janez Kotar
 Página 13: © David Lotric
 Página 14: © BMWi
 Página 15: © Gabinete do Parlamento Europeu na Alemanha
 Página 16: © D.Bokalo/Conseil Régional Nord-Pas de Calais
 Página 17: © Francois Lo Presti/Conseil Régional Nord-Pas de Calais
 Páginas 18-19: © Gabinete do Presidente do Voivodato da Baixa Silésia
 Página 27: à esquerda: Mémorial ACTe © aeroworx; à direita: © Bruno Michaux-Vignes
 Página 29: © David Mangurian
 Página 30: Cataratas do Iguaçu © AEBR, 2012
 Página 31: © AEBR, 2013
 Página 32: © Parlamento Europeu/Pietro Naj-Oleari
 Páginas 36-37: © Enterprise Estonia; cartão de identificação de Barack Obama © Sander Retel
 Página 38: © Conselho Regional do Condado de Kalmar
 Página 39: © Agência de Desenvolvimento Regional Mura

Esta revista é impressa em papel reciclado em inglês, francês e alemão.
 Esta revista está disponível na Internet em 22 línguas no site
http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/information/publications/panorama-magazine/

O conteúdo da presente edição foi concluído em março de 2015.

INFORMAÇÃO JURÍDICA

A Comissão Europeia, assim como qualquer pessoa agindo em seu nome, não pode ser considerada responsável pela utilização das informações contidas na presente publicação, nem por quaisquer erros que possam ser detetados não obstante o trabalho cuidadoso de preparação e verificação. A presente publicação não reflete, necessariamente, a opinião ou posição da Comissão Europeia.

ISSN 1725-8154

© União Europeia, 2015

Reprodução autorizada mediante indicação da fonte.

É necessária a autorização do(s) titular(es) dos direitos de autor para a utilização/reprodução de material de terceiros sujeito a direitos de autor e que esteja indicado como tal.



▶ EDITORIAL

Corina Crețu
Comissária Europeia
para a Política Regional

Os primeiros meses em que ocupei o cargo de Comissária para a Política Regional foram agitados, porém entusiasmantes. As reuniões com partes interessadas e parceiros de toda a Europa têm sido uma prioridade, tendo como objetivo garantir a orientação e a execução eficaz da nossa política reformada, de forma a permitir que os cidadãos sintam os seus benefícios. As minhas viagens levaram-me a inúmeras regiões, até mesmo à distante Guadalupe, uma das regiões ultraperiféricas da UE, para conhecer em primeira mão as circunstâncias e os problemas de cada uma delas e estabelecer contactos pessoais com os principais intervenientes locais.

Melhorar a forma como os fundos são investidos e geridos

É evidente que, no que respeita ao investimento e à gestão dos investimentos da UE, a ausência de administrações locais e nacionais robustas e eficientes é uma ameaça ao valor real dos fundos da nossa política de coesão. É por isso que esta é uma das prioridades para mim e para a minha equipa desde que entramos em funções. Lançámos com êxito o Grupo de Missão para uma Melhor Implementação destinado a ajudar uma série de países a utilizar o apoio do FEIE disponível de forma mais eficaz. Criámos ainda equipas de ação específicas para assegurar que os restantes fundos para o período 2007-2013 são orientados e investidos nos programas e projetos mais indicados.

Concentrámo-nos também no desenvolvimento da capacidade administrativa em determinados países com vista à implementação de programas durante o período 2014-2020. Tal engloba a criação de instituições, a partilha de competências e a assistência técnica, estando disponíveis 4,8 mil milhões de euros para este âmbito. O nosso intuito é promover modelos de boas práticas e oferecer, dentro do possível, a ajuda necessária, assegurando a conversão dos planos acordados em projetos concretos no terreno através do planeamento estratégico e do desenvolvimento de capacidade suficiente para gerir os investimentos.

O FEIE e o *fi-compass*

Uma das principais prioridades da nova Comissão presidida por Jean-Claude Juncker é o plano para mobilizar, no mínimo, 315 mil milhões de euros de fundos de investimentos adicionais para

a Europa. A nossa política e os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus complementam perfeitamente esta ofensiva de investimento apoiada pelo novo Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos.

O aumento substancial da utilização de instrumentos financeiros e a substituição, quando possível, de subvenções por créditos constitui uma parte importante deste plano. Desta forma, podemos melhorar o nível de investimento e estimular a economia real. Tenho imenso orgulho no nosso novo programa de apoio, o *fi-compass*, lançado em janeiro para prestar serviços de assistência e de consultoria a autoridades de gestão e a outras partes interessadas no âmbito da utilização de instrumentos financeiros. A Comissão criou o *fi-compass* em parceria com o Banco Europeu de Investimento e este disponibilizará conhecimentos práticos e ferramentas de aprendizagem a todos os interessados. Estas ferramentas incluirão manuais explicativos, fichas informativas de referência rápida, módulos de aprendizagem eletrónica, seminários de formação presenciais e eventos de trabalho em rede.

Programas Operacionais

Registamos progressos consideráveis na elaboração dos Programas Operacionais individuais para os Estados-Membros. Até ao momento, foram aprovados mais de 260 programas de política de coesão, num valor superior a 256 mil milhões de euros, para o período orçamental 2014-2020. Quando o processo estiver concluído, teremos mais de 390 programas com um orçamento superior a 351 mil milhões de euros, o que confirmará o papel dos fundos da política de coesão da UE como o principal instrumento de investimento da União.

Estes programas são altamente estratégicos e estão mais concentrados nos resultados do que nunca. Darão resposta aos problemas mais prementes que afetam a Europa e os seus cidadãos: a pobreza e o desemprego, a dependência energética e as alterações climáticas e a necessidade de inovação e de maior competitividade. Acima de tudo, acarretarão benefícios tangíveis para o quotidiano dos cidadãos europeus.

▶ GRUPO DE MISSÃO PARA A IMPLEMENTAÇÃO E INICIATIVAS DE INVESTIMENTO MELHORADAS ENTRAM EM AÇÃO

Sem administrações públicas robustas e eficientes, não é possível garantir o sucesso dos programas e projetos da política de coesão nos Estados-Membros e nas regiões. Por esta razão, o reforço da capacidade administrativa e a questão da melhoria das estratégias de investimento e de gestão revestem-se agora de grande importância para a política de coesão da UE para o período 2014-2020. A Comissão Europeia identificou estes dois tópicos como alvos prioritários de ação não só durante o lançamento dos novos programas, como também durante o encerramento dos projetos e dos programas do período 2007-2013 anterior. Tal como sublinha a **Comissária Corina Crețu** no seu editorial, a incapacidade de executar estes investimentos e de os utilizar e gerir corretamente será uma oportunidade perdida para os cidadãos, já que não poderão colher os benefícios da política de coesão da UE.

Quando a **Comissária Crețu** assumiu o cargo, em novembro de 2014, uma das primeiras ações que enviou foi a criação de uma iniciativa destinada a ajudar os Estados-Membros e as regiões a utilizar melhor os investimentos da política de coesão. O lançamento do Grupo de Missão para uma Melhor Implementação tinha como objetivo ajudar uma série de países que necessitavam desesperadamente de investimentos a gastar e utilizar o dinheiro disponível de forma mais eficaz do que anteriormente. Em muitos casos, essa incapacidade está diretamente relacionada com a insuficiência da capacidade administrativa.

A iniciativa mais abrangente para melhorar o investimento e a gestão dos fundos da política de coesão consiste, essencialmente, numa abordagem assente em quatro vertentes:

- ▶ Através de equipas de ação específicas, o Grupo de Missão começará por se concentrar na **execução dos restantes investimentos para o período 2007-2013** e na garantia da sua orientação para os programas e os projetos certos.



- ▶ Segue-se a concentração no **reforço das capacidades para os programas do período 2014-2020**, com base nas lições aprendidas através do Grupo de Missão e de uma grande variedade de medidas como a criação de instituições, a formação, a partilha de experiências, os intercâmbios entre pares e a assistência técnica, sendo disponibilizados 4,8 mil milhões de euros aos Estados-Membros durante este período de programação para cumprir estas metas.
- ▶ Além disso, a Comissão empreenderá uma série de ações com vista a explicar o motivo pelo qual as **regiões de crescimento lento** que beneficiaram de investimentos significativos no âmbito da política de coesão continuam atrasadas.
- ▶ A Comissão reuniu ainda um grupo de peritos com a missão de **avaliar de forma independente os esforços envidados pelos Estados-Membros para simplificar a utilização dos fundos da UE**. Seguir-se-ão recomendações sobre possíveis melhorias.

O Grupo de Missão para uma Melhor Implementação foi criado para ajudar determinados países preocupados com as suas capacidades de planeamento e investimento. Uma parte do desafio implica ser capaz de executar de forma eficaz os projetos para os quais já foram afetadas verbas durante o período de programação 2007-2013 e assegurar que algumas das verbas que ainda estão disponíveis são (re)orientadas para os tipos de projetos mais indicados. Contudo, estas medidas também têm implicações importantes para os novos programas do período 2014-2020.

Absorção dos fundos

As atenções do Grupo de Missão estão concentradas num grupo de países com taxas de absorção significativamente inferiores à média da UE, isto é, abaixo de 60%, sendo que



▶ Corina Crețu apresenta o TAIEX REGIO PEER 2 PEER em Bruxelas, a 24 de março. Esta plataforma permitirá às autoridades públicas de toda a Europa partilhar conhecimentos e boas práticas e otimizará a execução e a gestão dos fundos da UE.

a média da UE era de 72% no momento da criação do Grupo de Missão. Esta situação pode resultar numa «anulação», ou seja, na perda definitiva dos fundos atribuídos aos Estados-Membros para o período 2007-2013.

Os oito países em questão são a Bulgária, a Croácia, a Eslováquia, a Eslovénia, a Hungria, a Itália, a República Checa e a Roménia. A primeira iniciativa do Grupo de Missão consiste numa avaliação e numa análise da situação por país. Alguns países apresentam problemas e atrasos na implementação de grandes projetos de infraestruturas, em especial no domínio do ambiente e dos transportes. Outros revelam antes debilidades gerais no âmbito das suas capacidades administrativas, bem como problemas estruturais e de governação. Contudo, pela sua natureza, as medidas que visam responder a estes últimos problemas são concebidas para funcionar a longo prazo e podem não apresentar resultados visíveis a curto prazo.

O Grupo de Missão é responsável por elaborar planos de ação para cada um dos Estados-Membros envolvidos ou por rever os planos existentes. Este processo garantirá um intercâmbio de experiências e a difusão de boas práticas entre os participantes. Este é um elemento fulcral da abordagem da Comissão: promover modelos de boas práticas e oferecer ajuda, em vez de apontar o dedo aos Estados-Membros. Um pequeno número de planos de ação já foi concluído e aprovado pela Comissão e prevê-se que todos eles sejam postos em prática até ao final de abril de 2015.

Assistência técnica

Uma série de medidas ou iniciativas estreitamente conexas facilitará o trabalho do Grupo de Missão de diversas formas. A maior utilização de instrumentos de engenharia financeira poderia constituir também uma ajuda adicional, já que poderia proporcionar uma maior flexibilidade.

A ação no domínio do desenvolvimento da capacidade administrativa também pode ser reforçada, nomeadamente com vista a melhorar a implementação no período 2014-2020. Os Estados-Membros são incentivados a aplicar o seu orçamento dedicado à assistência técnica de forma mais eficaz e específica com o intuito de reforçar a sua capacidade administrativa e melhorar a gestão de programas e projetos.

Além disso, a Comissão está a utilizar a sua própria assistência técnica para desenvolver iniciativas destinadas a apoiar os esforços de reforço de capacidades dos Estados-Membros. Por exemplo, o Centro de Competências para o Reforço da Capacidade Administrativa da Direção-Geral da Política Regional e Urbana organizou uma série de eventos de formação para peritos dos Estados-Membros centrados nos novos requisitos regulamentares para 2014-2020 e na prevenção da fraude (*ver Panorama n.º 51*). Atualmente, está a trabalhar noutra iniciativa de reforço de capacidades, um género de esquema de «parcerias» denominado TAIEX-REGIO PEER 2 PEER, que facilitará o intercâmbio de experiências entre funcionários públicos envolvidos na gestão de fundos em diferentes Estados-Membros. Os «Pactos de Integridade» são outro projeto interessante lançado

recentemente em cooperação com a Transparência Internacional que visa facilitar a aplicação de boas práticas de governação em projetos cofinanciados pela UE.

Abordagens personalizadas

Da garantia de práticas transparentes em matéria de contratos públicos à promoção de intercâmbios entre peritos de diferentes Estados-Membros, estas abordagens distintas constituem uma abordagem coerente, mas personalizada, da Comissão Europeia destinada a oferecer a ajuda necessária para que os investimentos prosperem e apresentem resultados para os cidadãos.

Em todos os Estados-Membros envolvidos, já foram enviados esforços consideráveis para fazer face aos atrasos e aos obstáculos que podem impedir o investimento eficaz e sem percalços dos fundos da UE. Estes incluem, por exemplo, iniciativas em conjunto com serviços da Comissão através da elaboração de planos de ação nacionais e regionais para permitir um acompanhamento mais próximo e combater os atrasos. No caso da Itália e da Roménia, o seu âmbito tem sido particularmente amplo e tem produzido resultados significativos, em especial através do aumento da taxa de execução financeira e da aceleração da implementação física de projetos no terreno. A reprogramação cuidadosa em praticamente todos os Estados-Membros envolvidos permitiu também desviar os investimentos para onde estes pudessem produzir os melhores resultados, em particular nas áreas prioritárias do ambiente (os resíduos e a água) e dos transportes (especialmente o transporte ferroviário).

Com o intuito de facilitar a implementação entre os dois períodos de programação, foi introduzida a possibilidade da transição gradual, mais um elemento auxiliar que será amplamente utilizado pelos Estados-Membros que enfrentam dificuldades de implementação. O trabalho do Grupo de Missão orientará os Estados-Membros quanto às modalidades de aplicação desta prática.

Estes esforços de reprogramação pouparam cerca de 10 mil milhões de euros dos fundos em risco de anulação em 2013 ou 2014.

A médio e a longo prazo, para garantir que os investimentos da UE apresentam resultados para os cidadãos, os países têm de se comprometer a adotar medidas destinadas a melhorar a sua capacidade administrativa e modernizar a sua administração pública. A Comissão prestará auxílio através dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e de apoio prático, mas será necessário um compromisso político para realizar reformas estruturais e, em alguns casos, até mesmo para empreender uma mudança cultural.

SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/policy/how/improving-investment/



▶ A «Gala dos Fundos Estruturais» foi organizada pela Representação da Comissão Europeia na Roménia e pelo Structural Consulting Group.

▶ ROMÉNIA CELEBRA CASOS DE SUCESSO APOIADOS PELOS FUNDOS ESTRUTURAIS

Cerca de 30 projetos romenos financiados através dos Fundos Estruturais da UE no período 2007-2013 foram premiados numa gala em Bucareste.

Em dezembro de 2014, a Roménia apresentou a «Gala dos Fundos Estruturais» em Bucareste com o objetivo de reconhecer e recompensar os esforços de quem iniciou e implementou projetos de sucesso financiados pelos Fundos Estruturais no país.

Durante o evento, a apresentação dos prémios ficou a cargo do Vice-Presidente da Comissão Europeia para o emprego, o crescimento económico, o investimento e a competitividade, **Jyrki Katainen**, e da Comissária Europeia para a Política Regional, **Corina Crețu**.

A Gala dos Fundos Estruturais marcou o fim de uma série de sete conferências regionais realizadas em 2014 sob o lema «Reiniciar o motor com o desenvolvimento regional através dos Fundos Estruturais». O objetivo desta série de conferências organizada pela Representação da UE na Roménia era destacar a criação de projetos e experiências de sucesso com

os Fundos Estruturais, promovendo assim boas práticas em matéria de utilização dos fundos europeus e divulgando o bom trabalho realizado.

O concurso recebeu mais de cem candidaturas e estava dividido em 10 categorias: educação, inclusão social, administração fácil de utilizar, iniciativas de sucesso do setor privado, turismo, tecnologias inovadoras, desenvolvimento sustentável, infraestruturas rurais ou urbanas, agricultura e pesca e projetos financiados por fontes «alternativas».

Com o novo período de financiamento de 2014-2020 a começar, a Gala realizou-se num momento oportuno, uma vez que o reconhecimento público de projetos de sucesso pode impulsionar uma reação em cadeia e resultar numa absorção mais qualitativa dos fundos europeus no futuro. Além disso, o modelo também pode ser utilizado noutros Estados-Membros para destacar as boas práticas.

▶ SAIBA MAIS
www.fonduri-structurale.ro
www.proiecte-structurale.ro

▶ O PLANO DE INVESTIMENTO PARA A EUROPA E OS FUNDOS EIE

No final de 2014, a Comissão Europeia anunciou um Plano de Investimento para a Europa como prioritário⁽¹⁾. O seu objetivo é estimular um maior investimento na economia europeia com vista a promover o crescimento e a criação de emprego através da mobilização de um investimento adicional de, pelo menos, 315 mil milhões de euros e alterar a forma como os fundos públicos são aplicados a nível estrutural, abrindo as portas a novos investimentos.

O primeiro pilar, o Fundo Europeu para Investimentos Estratégicos (FEIE), assumirá o financiamento de risco adicional. O segundo pilar concentra-se em orientar o investimento para a economia real com uma melhor assistência técnica. Para complementar este objetivo, é necessária uma série de medidas destinadas a eliminar os entraves ao investimento e criar um verdadeiro Mercado Único, o terceiro pilar.

Pretende-se que os recursos do FEIE complementem os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF). Existe a possibilidade de combinar os recursos dos investimentos ao nível de projetos individuais, sendo uma parte financiada pelos ESIF e a outra parte suportada pelo FEIE. Serão adotados mecanismos de governação para a combinação de fundos.

Qual é o papel dos ESIF no Plano de Investimento para a Europa?

No período 2014-2020, os ESIF disponibilizarão cerca de 450 mil milhões de euros para os Estados-Membros e as respetivas regiões. As políticas de coesão, de desenvolvimento rural e marítimas combinadas são o maior campo de investimento da UE no âmbito do crescimento inclusivo, sustentável e inteligente.

Os programas dos ESIF contribuirão significativamente para os objetivos do Plano de Investimento e o compromisso dos Estados-Membros em utilizar os ESIF de forma eficiente é um elemento complementar do Plano. A intenção é estruturar os ESIF de forma a fomentar um maior investimento público e, acima de tudo, privado através do aumento da utilização de instrumentos financeiros.

O que são instrumentos financeiros dos ESIF?

Os Estados-Membros e as regiões são incentivados a utilizar instrumentos financeiros como uma forma eficiente e sustentável de apoiar especificamente as prioridades dos programas cofinanciados pelos ESIF. Os instrumentos financeiros são adequados para projetos viáveis do ponto de vista financeiro, isto é, projetos que se espera que gerem rendimentos ou poupanças suficientes para reembolsar o apoio recebido.

Em comparação com as subvenções tradicionais, os instrumentos financeiros apresentam, pelo menos, quatro grandes vantagens:

- ▶ É possível **desencadear um investimento muito maior com o mesmo orçamento** (efeito de alavanca).
- ▶ Dado que os instrumentos financeiros implicam, normalmente, agentes privados (bancos ou empresas), existe um **incentivo intrínseco para a viabilidade económica do investimento apoiado**.
- ▶ Graças à sua natureza rotativa, os instrumentos financeiros **continuam disponíveis após o final do período de programação**.
- ▶ Além disso, são flexíveis e podem prestar **apoio da forma mais adequada ao investimento** (como se explica a seguir).

Exemplos de Instrumentos Financeiros

▶ Os **EMPRÉSTIMOS** são adiantados a empresas ou a particulares e têm de ser reembolsados de acordo com um plano predefinido. Os empréstimos bonificados são utilizados quando os bancos se recusam a conceder empréstimos ou a oferecer financiamento em melhores condições (por exemplo, a uma taxa de juro mais baixa, com um maior período de amortização ou com garantidas exigidas mais baixas).

ESTÓNIA Um sistema de empréstimo financiado pelo FEDER apoiou a renovação em conformidade com as normas modernas de 619 edifícios de apartamentos, com mais de 22 000 apartamentos individuais, o que permitiu uma poupança energética significativa e melhorou o ambiente residencial para os habitantes.

▶ Os **MICROCRÉDITOS** são pequenos empréstimos concedidos a pessoas e a empresas de dimensão muito reduzida, que se veem, frequentemente, excluídas do acesso a serviços financeiros. Geralmente, são concedidos com um prazo de empréstimo reduzido e com poucas ou nenhuma(s) garantias exigidas.

HUNGRIA Um esquema de subvenções e microcrédito combinado financiado pelo FEDER melhorou a situação de mais

(1) Um Plano de Investimento para a Europa [COM(2014) 903 final].

COMO FUNCIONAM OS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DOS ESIF?



de 9000 microempresas em crescimento ao aumentar o respetivo acesso a recursos financeiros.

▶As **GARANTIAS** asseguram aos mutuantes que o seu capital será reembolsado na totalidade ou em parte em caso de incumprimento por parte dos mutuários dos empréstimos.

ROMÉNIA Um sistema de garantia financiado pelo FEADER concedeu garantias a mais de 694 beneficiários (agricultores e PME rurais) com o objetivo de ajudar a otimizar os respetivos métodos de produção e proteger e melhorar o ambiente. Até ao momento, esta iniciativa contribuiu para criar 10 200 postos de trabalho.

▶Os **INSTRUMENTOS DE CAPITAL** implicam o investimento numa empresa em troca da propriedade total ou parcial dessa mesma empresa; o investidor pode assumir o controlo parcial da gestão da empresa e ter direito a uma quota-parte dos respetivos lucros. Estes instrumentos incluem o capital de risco, o capital de constituição e o capital de arranque. O retorno do investimento depende do crescimento e da rentabilidade da empresa.

ALEMANHA Um instrumento de capital de risco financiado pelo FEDER investiu em 45 jovens empresas na Saxónia, ajudando-as a superar as dificuldades da fase de arranque e apoiando o seu crescimento ao permitir-lhes explorar ideias

e tecnologias inovadoras. Este sistema ajudou a criar ou manter mais de 450 postos de trabalho.

Como funcionam os instrumentos financeiros dos ESIF?

Antes de atribuírem verbas a um instrumento financeiro, as autoridades de gestão têm de avaliar o que é necessário, por que motivo tal é necessário e para quem é necessário. Por exemplo, uma determinada região pode ser o lar de empresas de alta tecnologia que não conseguem obter financiamento junto dos bancos comuns devido ao elevado grau de risco dos seus projetos. Por outro lado, certos empreendedores e empresas de dimensão muito reduzida podem não conseguir aceder a empréstimos por não terem antecedentes junto do banco ou qualquer garantia para oferecer. Na sequência de uma avaliação cuidadosa das necessidades, podem ser criados um ou mais instrumentos financeiros.

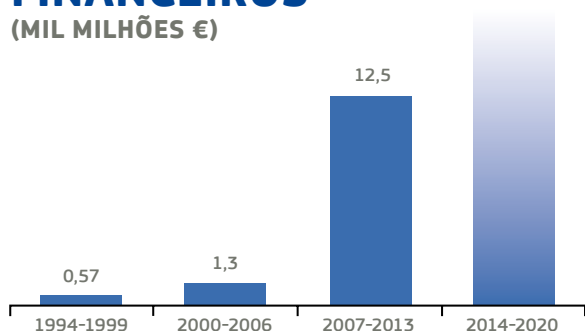
Geralmente, a gestão dos instrumentos financeiros fica a cargo de instituições financeiras nacionais ou regionais (como bancos) selecionadas e incumbidas de administrar os instrumentos financeiros em nome da autoridade de gestão. Desta forma, os instrumentos financeiros que utilizam fundos dos ESIF

são executados a nível regional ou local, muitas vezes por instituições já conhecidas dos beneficiários finais do apoio.

Apoiar as regiões da UE para promover uma maior e melhor utilização dos instrumentos financeiros dos ESIF

Os instrumentos financeiros disponíveis no âmbito dos programas do FEDER e do FSE registaram uma expansão significativa nos últimos anos, não só a nível geográfico e financeiro, como também em termos de setores abrangidos. No contexto do Plano de Investimento para a Europa, prevê-se que os montantes afetados aos mesmos aumentem ainda mais no período 2014-2020. O objetivo global é mais do que duplicar a utilização de instrumentos financeiros.

CONTRIBUIÇÕES DE PROGRAMAS PARA INSTRUMENTOS FINANCEIROS (MIL MILHÕES €)



Um quadro legislativo sólido e mais específico

No sentido de reforçar a utilização de instrumentos financeiros, foi elaborado um quadro legislativo que alarga o âmbito da sua aplicação a todos os tipos de programas dos ESIF (nacionais, regionais, transnacionais e transfronteiriços) e aos onze objetivos temáticos dos ESIF. Além disso, as autoridades de gestão dispõem de mais opções de implementação, como os denominados instrumentos financeiros «imediatamente disponíveis» regidos por termos e condições padrão.

Este quadro legislativo muito mais sólido e específico corrige também as lacunas identificadas na legislação em vigor no período 2007-2013, que era, por vezes, demasiado vaga e causou alguns desenvolvimentos negativos, como a «estagnação» de verbas em fundos de participação para contornar as regras do período de elegibilidade sem chegar à economia real. Agora, existem novas disposições de salvaguarda: a avaliação *ex ante* obrigatória visa assegurar que a criação de instrumentos financeiros acontece apenas onde estes são necessários, os pagamentos faseados garantem que só é cedida liquidez adicional se os recursos anteriores tiverem sido investidos na economia real e as taxas de gestão com base no desempenho constituem mais um incentivo para que os gestores dos fundos concretizem estes objetivos o mais rapidamente possível.

O FI-COMPASS PÕE MÃOS À OBRA

A Comissão Europeia e o Banco Europeu de Investimento lançaram o fi-compass entre 19 e 20 de janeiro numa conferência pública realizada em Bruxelas, que reuniu mais de 400 autoridades de gestão, instituições financeiras e outras partes interessadas.

Jyrki Katainen, Vice-Presidente da Comissão Europeia, e Wilhelm Molterer, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento, sublinharam a parceria entre a Comissão e o BEI, manifestando o empenho comum no sentido de reforçar os instrumentos financeiros dos ESIF e integrando firmemente o fi-compass no contexto do Plano de Investimento para a Europa.

O objetivo prioritário consistia em saber como os instrumentos financeiros podem complementar a utilização de subvenções ao abrigo dos Fundos Estruturais e de Investimento.

Foi dada uma atenção especial à aprendizagem através da prática, com «pioneiros» dos instrumentos financeiros a partilharem conhecimentos e casos de sucesso. Várias autoridades nacionais e locais ofereceram estudos de caso que realçaram exemplos de superação de obstáculos administrativos, de estabelecimento de boas parcerias e de implementação bem-sucedida do período 2007-2013.

SAIBA MAIS
www.fi-compass.eu





▶ Jyrki Katainen, Vice-Presidente da Comissão Europeia (à direita), e Wilhelm Molterer, Vice-Presidente do Banco Europeu de Investimento (à esquerda) no lançamento do fi-compass.



Aconselhamento técnico: fi-compass

A nova iniciativa fi-compass disponibiliza serviços de assistência e de consultoria às autoridades de gestão e a outras partes interessadas, com vista a ajudá-las a beneficiar de todas as oportunidades oferecidas pelos instrumentos financeiros dos ESIF. O fi-compass será também um elemento importante da plataforma de aconselhamento do Plano de Investimento para a Europa.

A Comissão Europeia criou o fi-compass em parceria com o Banco Europeu de Investimento. Trata-se de um serviço único que estará ao dispor de todos os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e de todos os objetivos temáticos. Como tal, substitui as bem-sucedidas iniciativas de assistência técnica do período de programação 2007-2013: JEREMIE para as empresas, JESSICA para o desenvolvimento urbano e JASMINE para o microcrédito.

Vertente horizontal do fi-compass

O fi-compass tem uma vertente horizontal que irá desenvolver e divulgar progressivamente os conhecimentos necessários para a implementação dos instrumentos financeiros financiados pelos ESIF e que beneficiará todas as autoridades de gestão dos ESIF. Foi concebido para satisfazer as necessidades das mesmas através da disponibilização de conhecimentos práticos e ferramentas de aprendizagem, como manuais explicativos, fichas informativas de referência rápida, módulos de aprendizagem eletrónica, seminários de formação presenciais e eventos de trabalho em rede.

Vertente multirregional do fi-compass

O fi-compass tem uma vertente multirregional que concederá, mediante a apresentação de propostas, fundos da UE a projetos de, pelo menos, duas autoridades de gestão representantes de, pelo menos, dois Estados-Membros para avaliar a eventual utilização de instrumentos de financiamento dos ESIF na resposta a uma necessidade de investimento partilhada pelas regiões. Normalmente, tal englobará trabalhos preparatórios como a análise do mercado e a possível conceção de instrumentos financeiros, em particular em áreas temáticas específicas, como a inclusão dos Roma ou no contexto de Estratégias Macrorregionais. Os projetos enquadrados na vertente multirregional serão uma oportunidade única para as autoridades de gestão de diferentes Estados-Membros da UE cooperarem entre si e com instituições financeiras e tirem partido da aprendizagem mútua.

▶ SAIBA MAIS

Pode encontrar mais informações sobre ações realizadas no âmbito da vertente horizontal do fi-compass no programa de trabalho de 2015, que se encontra disponível, juntamente com notícias sobre a apresentação de propostas ao abrigo da vertente multirregional do fi-compass, em: www.fi-compass.eu

▶ ESLOVÉNIA CONCENTRA-SE NO CRESCIMENTO E NO DESENVOLVIMENTO A LONGO PRAZO



A Panorama conversa com Alenka Smerkolj, Ministra responsável pelo Desenvolvimento, pelos Projetos Estratégicos e pela Coesão, sobre a adoção do Acordo de Parceria e do Programa Operacional da Eslovénia e os objetivos para o apoio recebido dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus.

▶ De que forma organizou o processo de preparação do Acordo de Parceria? Quais foram os principais pontos fortes do sistema?

Os últimos meses de 2014 foram muito dinâmicos para todos os envolvidos na implementação da política de coesão da UE na Eslovénia. Ao abrigo do quadro financeiro plurianual para 2014-2020, a Eslovénia pode beneficiar de 3,2 mil milhões de euros, ou de 4,1 mil milhões de euros, se incluirmos os fundos disponíveis no âmbito das políticas agrícola e das pescas. Congratulo-me com o facto de a Eslovénia, em cooperação com os ministérios de tutela e a Comissão Europeia, ter concluído com êxito o processo de preparação de ambos os documentos, nomeadamente o Acordo de Parceria, aprovado no final de outubro, e o Programa Operacional, aprovado em meados de dezembro.

O Gabinete Estatal para o Desenvolvimento e a Política de Coesão Europeia (GODC), ao qual presido, coordenou o processo de preparação dos dois documentos, os quais foram elaborados por ministérios de tutela e outras partes interessadas, tendo em conta o princípio da transparência e da conformidade com os documentos definidos pelo acervo comunitário. Os ministérios de tutela prepararam as contribuições específicas de determinados setores relativas à implementação de políticas de desenvolvimento individuais, com a coordenação e a consulta ativas dos conselhos de ambas as regiões abrangidas pelos programas de coesão, bem como de parceiros sociais, de jovens e de representantes do setor económico e de organizações não governamentais. Pretendíamos evitar o método aplicado até então, isto é, a atribuição de quotas aos ministérios e a níveis territoriais de menor dimensão. O nosso objetivo era

também prevenir a fragmentação dos investimentos e, nalguns casos, a duplicação de medidas. Acredito que conseguimos concluir o processo de programação de forma eficiente.

▶ Até que ponto são o Acordo de Parceria e o Programa Operacional resultado de uma parceria entre os principais intervenientes envolvidos (ministérios, regiões, cidades, empresas, académicos, ONG, etc.)?

A coordenação abrangente é essencial para elaborar documentos estratégicos de alta qualidade. Organizámos debates públicos, workshops, consultas e 24 visitas a regiões. Estes debates contaram com a participação de representantes de todas as principais partes interessadas. Apesar de várias divergências, conseguimos pôr as nossas diferenças de lado e concentrar-nos no nosso interesse comum, ou seja, permitir que os beneficiários acedam aos fundos da UE o mais rapidamente possível, tanto mais que, atualmente, os fundos da UE são os únicos fundos disponíveis para o desenvolvimento. Desta forma, os documentos refletem o amplo consenso alcançado em matéria de implementação da política de coesão da UE 2014-2020 na Eslovénia.

▶ Quais são as suas expectativas quanto à coordenação de perto do desenvolvimento de cinco fundos? De que forma estabeleceu uma abordagem coerente?

Posso afirmar, sem qualquer hesitação, que a adoção do Acordo de Parceria fortalecerá ainda mais a cooperação entre as autoridades de gestão e criará maiores oportunidades de integração. De facto, os recursos disponibilizados ao abrigo dos cinco Fundos devem ser utilizados para concretizar os objetivos temáticos selecionados. Definimos os mecanismos de coordenação da implementação e será necessário fazer um grande esforço para reforçar a cooperação quotidiana e o intercâmbio de informações e ideias a nível operacional.

▶ Quais são as principais alterações no que respeita ao Programa Operacional em comparação com o período 2007-2013?

O primeiro passo foi mudar a nossa mentalidade, agora temos de mudar as nossas ações. Estamos a deixar para trás o investimento em infraestruturas para nos concentrarmos mais em



▶ **LIUBLIANA, ESLOVÉNIA:** as novas instalações da Faculdade de Química e Tecnologia Química e da Faculdade de Informática e Ciências da Informação reforçaram as capacidades de investigação no domínio das ciências naturais e da tecnologia.

« Pretende-se assim deixar de absorver simplesmente todos os fundos da UE disponíveis e passar a criar benefícios a longo prazo e resultados positivos para a Eslovénia. »

▶ **ALENKA SMERKOLJ – MINISTRA RESPONSÁVEL PELO DESENVOLVIMENTO, PELOS PROJETOS ESTRATÉGICOS E PELA COESÃO, ESLOVÉNIA**

projetos com estratégias claramente definidas, com objetivos e resultados concretos, e é essa a principal diferença entre os períodos de programação 2014-2020 e 2007-2013. Até 2023, pretendemos cofinanciar projetos que aumentem a competitividade da economia da Eslovénia e criem emprego de alta qualidade e de longa duração. Ao fazê-lo, prevemos introduzir uma série de mudanças em termos de implementação, nomeadamente a introdução de convites à apresentação de propostas em regime de concurso, «e-calls», que combinam recursos de financiamento reembolsáveis e não reembolsáveis, e vamos criar também um balcão eletrónico que disponibilizará todas as informações relevantes aos potenciais beneficiários. Pretende-se assim deixar de absorver simplesmente todos os fundos da UE disponíveis e passar a criar benefícios a longo prazo e resultados positivos para a Eslovénia.

▶ **Que resultados espera no final do período de sete anos?**

Até ao momento, a Eslovénia tem absorvido os fundos da UE com êxito e temos razões para acreditar que, até ao final de 2015, absorveremos os fundos de 2007-2013 com o maior grau de sucesso possível. Todas as regiões e municípios da Eslovénia implementaram, pelo menos, um projeto

beneficiado pelo apoio da UE. De facto, já implementamos mais de 5 000 projetos, o que é motivo suficiente para nos sentirmos otimistas. Em termos de absorção dos fundos da UE, acredito que temos um futuro brilhante à nossa frente. Possuímos os conhecimentos e a experiência necessários e é nossa tarefa aplicar, assim como desenvolver, esses conhecimentos e experiência durante o período de programação 2014-2020. Atualmente, todos os envolvidos na implementação da política de coesão da UE devem ser realistas na avaliação dos tipos de projetos pertinentes para o desenvolvimento da Eslovénia. Precisamos de nos concentrar na preparação de projetos bem concebidos e implementá-los de forma eficiente não só em termos de absorção dos fundos, mas também da concretização dos objetos definidos e dos resultados previstos. Apenas depois de conseguirmos tudo isto poderemos avaliar o nosso êxito. Eu acredito que vamos ser bem-sucedidos.

▶ **Que lições aprendeu com este exercício e o que faria de forma diferente, sabendo o que sabe hoje?**

Como é do conhecimento geral, ao longo dos últimos três anos, a Eslovénia passou por muitas mudanças a nível da liderança do governo, bem como por outras mudanças organizacionais, que, sem dúvida, prejudicaram a preparação dos documentos. Tendo em conta a experiência adquirida, abordaríamos o processo de preparação dos documentos de forma mais sistemática. Além disso, uma estrutura governamental mais estável contribuiria decididamente para o seguimento de diretrizes mais simples. Por último, convidaríamos peritos externos a participar no processo de preparação dos documentos.

▶ **SAIBA MAIS**
www.svrk.gov.si/en/



REPUBLIC OF SLOVENIA
GOVERNMENT OFFICE FOR DEVELOPMENT
AND EUROPEAN COHESION POLICY

▶ POLÍTICA DE COESÃO NA ALEMANHA

PLANEAMENTO ANTECIPADO FAVORECE A IMPLEMENTAÇÃO



A implementação de programas de financiamento na Alemanha implica a cooperação de várias autoridades a nível federal e regional. A *Panorama* conversou com o Secretário de Estado do Ministério Federal dos Assuntos Económicos e da Energia, Rainer Baake, sobre a importância de iniciar os debates com antecedência e os desafios que a Alemanha enfrentará no futuro.

▶ Que disposições adotou para a elaboração do Acordo de Parceria da Alemanha (AP)? Quais foram os pontos fortes e os pontos fracos do processo?

O Acordo de Parceria foi desenvolvido em estreita cooperação com as autoridades federais e regionais. Isto está de acordo com a estrutura federal da Alemanha: as autoridades federais são o primeiro ponto de contacto para questões relacionadas com a UE e, neste caso, o Ministério Federal dos Assuntos Económicos e da Energia é responsável pela coordenação dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e pela elaboração do AP. No entanto, as autoridades regionais são responsáveis pela política económica regional. São elas que determinam as respetivas estratégias de financiamento regionais e desenvolvem os Programas Operacionais (PO) com base nestas estratégias.

Temos um sistema de governação multiníveis e as autoridades federais e regionais têm trabalhado em grande proximidade desde o início do AP. O Acordo de Parceria e os Programas Operacionais foram elaborados em paralelo na medida do possível.

Começamos a trabalhar no AP muito cedo, ainda em meados de 2012, paralelamente com as propostas iniciais da Comissão para o pacote legislativo. Nessa altura, o Ministério Federal dos Assuntos Económicos e da Energia convidou os restantes ministérios federais, governos regionais e representantes da sociedade civil a participar no processo. Debatermos

a orientação da estratégia num «workshop» inicial e elaboramos um calendário preciso. Os debates, incidindo tanto sobre os fundos na totalidade como sobre fundos específicos, evoluíram ao longo do processo. Também nos certificamos de que a Comissão Europeia estava estreitamente envolvida nos debates desde o primeiro momento.

Graças a este trabalho conjunto, conseguimos apresentar um documento provisório inicial e informal à Comissão Europeia em agosto de 2013. Seguiu-se um período de negociações intensas com a Comissão. Revimos o texto de acordo com as alterações consideradas necessárias. Conseguimos então apresentar a versão oficial no início de 2014, sendo esta aprovada pela Comissão em maio do mesmo ano.

▶ Até que ponto diria que o AP é resultado de uma parceria entre as principais partes interessadas envolvidas (ministérios, regiões, cidades, empresas, instituições científicas, organizações não governamentais, etc.)?

Sem dúvida que não teria sido possível elaborar o AP como uma estratégia global para cerca de 50 Programas Operacionais sem a cooperação construtiva de todos os participantes. A par da nossa estreita colaboração com os ministérios e as regiões, contamos também com a participação intensa de parceiros económicos e sociais, de instituições científicas e de representantes de cidades e municípios durante a preparação para o novo período de financiamento. Este tipo de cooperação é uma tradição de longa data muito apreciada na Alemanha. No atual período de financiamento, alargamos ainda mais esta cooperação: o Ministério Federal dos Assuntos Económicos e da Energia assegurou que os representantes das organizações-satélite alemãs também estavam envolvidos nas preparações para o AP desde o início. Mais especificamente, estiveram envolvidos em sessões de informação gerais e na elaboração dos documentos. Tiveram oportunidades regulares de levantar questões que considerassem importantes.

Além da cooperação a nível federal, também existiu uma cooperação intensa a nível regional, uma vez que as regiões também asseguraram o extenso envolvimento dos parceiros económicos e sociais, entre outros, no planeamento dos PO desde o início.



Os nossos parceiros contribuíram significativamente para os debates em matéria de conteúdo e, por conseguinte, para o êxito do processo. Este intercâmbio de ideias revestiu-se de uma importância particular, dado que estávamos sujeitos a uma maior pressão para definir prioridades do que anteriormente como resultado da obrigação da «concentração temática». Na verdade, a necessidade de concentração de recursos é ainda maior devido à redução do financiamento durante o período atual. Congratulamo-nos por termos conseguido chegar a um consenso alargado com os nossos parceiros quanto a esta questão.

► **Na sua opinião, que resultados terá alcançado a Alemanha no final do período de financiamento 2014-2020?**

Já durante o período 2007-2013, os programas da Alemanha foram orientados para o crescimento e o emprego. Concentramos, principalmente, em canalizar o financiamento para a investigação e inovação, a educação, as PME, o estímulo de uma economia competitiva e eficiente em termos de recursos e a criação de infraestruturas decentes. Em conformidade com os objetivos da política regional, as regiões menos desenvolvidas eram os beneficiários prioritários do financiamento.

Os estudos demonstram que esta foi a abordagem certa. Por conseguinte, esperamos implementar medidas bem-sucedidas durante o período de financiamento atual. Por outro lado, também enfrentamos novos e crescentes desafios que teremos de ter em conta no futuro. Entre eles, incluem-se as alterações demográficas, a eminente escassez de pessoal qualificado, as alterações climáticas e a transição energética. Também temos de ter em consideração aspetos como as disparidades em matéria de inovação entre as empresas e o risco de pobreza no seio de determinados grupos, bem como o desenvolvimento de áreas com infraestruturas particularmente deficientes.

Muitos destes desafios são comuns a todas as regiões. Contudo, é impossível negar que, mesmo na Alemanha, existem disparidades regionais consideráveis. Com o apoio dos

Fundos EIE, pretendemos reduzir ainda mais estas disparidades até 2020 através da atribuição específicas de verbas para promover o crescimento e o emprego.

► **Em retrospectiva, que lições aprendeu com este processo e o que faria de forma diferente?**

Estamos muito satisfeitos por termos trabalhado em tão estreita colaboração e num clima de confiança com todos os participantes ao longo da elaboração e do desenvolvimento do AP. A decisão de começarmos a trabalhar de forma tão antecipada no AP também se revelou acertada. Foi necessária uma certa coragem para o fazer, uma vez que, nessa altura, a forma que o quadro legislativo assumiria no final era pouco clara. Desta forma, necessitamos de um certo nível de flexibilidade e de um intercâmbio construtivo de ideais entre todos os participantes durante as conversações informais.

Por vezes, em especial quando nos debruçamos sobre o desenvolvimento urbano, consideramos que teria sido vantajoso se a Comissão tivesse especificado os seus requisitos de forma antecipada e mais clara, sem os alterar novamente durante o processo. No entanto, em geral, o diálogo com a Comissão foi muito construtivo. Mais concretamente, contamos com o apoio da administração alemã e do diretor responsável na Direção-Geral da Política Regional durante as conversações. Em conjunto, conseguimos alcançar bons compromissos que permitiram a continuação bem-sucedida da execução dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus na Alemanha até 2020.

► SAIBA MAIS
www.die-strukturfonds.de



Federal Ministry
for Economic Affairs
and Energy

► NORD-PAS DE CALAIS, UMA REGIÃO TRANSFORMADA



A região de Nord-Pas de Calais, em França, está a ser objeto de um processo de modernização graças aos respetivos programas operacionais regionais e ao apoio dos fundos da UE. Daniel Percheron, Presidente do Conselho Regional, fala sobre as mudanças conseguidas até agora e as que se seguirão após a fusão com a região vizinha da Picardia, no início de 2016.

► Como correram as negociações relativas à adoção do programa operacional (PO) para a sua região? Que mudanças se registaram desde as negociações anteriores?

Gostaria de enaltecer a qualidade dos debates que marcaram as negociações com os representantes da Direção-Geral da Política Regional, o que garantiu que, após dois anos de trabalho, conseguíssemos adotar com êxito o PO regional do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional/Fundo Social Europeu (FEDER/FSE) a 11 de dezembro do ano passado.

Do ponto de vista da região de Nord-Pas de Calais, mostramos espírito de iniciativa ao organizar, juntamente com o Estado, consultas significativas a nível regional, em harmonia com o «Código de conduta europeu sobre parcerias no âmbito dos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus». Para cumprir a nossa tarefa, organizamos quatro grupos de trabalho compostos por partes interessadas locais e especializadas (Desenvolvimento económico, investigação, PME e TIC; Ambiente, adaptação às alterações climáticas e transportes; Educação, formação e inclusão social; Áreas urbanas, rurais e costeiras). Cada um dos grupos realizou, pelo menos, três reuniões, às quais compareceram, em média, 150 pessoas. As conferências regionais e as comissões diretivas, que juntaram decisores políticos e económicos da região, deram-nos uma grande energia para levar a tarefa adiante. Além disso, recolhemos nada menos do que 800 contributos escritos que enriqueceram o nosso programa operacional.

A principal alteração a registar neste novo período é a transferência da tutela sobre a gestão dos serviços descentralizados do Estado na região para as instituições regionais, que estarão agora na linha da frente em termos da gestão dos fundos. Deste modo, esta foi a primeira vez que a região assumiu a liderança das negociações. Juntamente com estas novas responsabilidades, registou-se também uma transferência de pessoal do Estado e uma reestruturação dos nossos serviços.

► De que forma pode a política de coesão contribuir para o desenvolvimento económico da região de Nord-Pas de Calais? Por que motivo dedica o PO um investimento significativo às questões ambientais? A que áreas gostaria de dar prioridade em termos de especialização inteligente?

Graças à política de coesão, a região conseguiu preservar, e em alguns casos até aumentar, as suas vantagens como resultado dos fundos mobilizados, reforçando a educação superior e a capacidade de investigação, implementando uma estratégia de inovação regional baseada principalmente em clusters competitivos, reconhecendo as atividades nas quais demonstramos excelência e o aparecimento de novas áreas de atividade para o futuro e transformando a imagem da região para a tornar mais atrativa, como exemplifica o novo Museu do Louvre em Lens. Além disso, o imperativo de inovar e a necessidade de reduzir a dependência de combustíveis fósseis levaram as partes interessadas envolvidas a empreender reformas económicas genuínas assentes na transição energética e ecológica, a terceira revolução industrial, em colaboração com o economista **Jeremy Rifkin**.

Como devem saber, o ambiente é uma questão muito importante para uma região como a nossa, que se encontra constantemente em processo de transformação industrial. Na nossa região, temos de lidar com as marcas deixadas por um passado industrial pesado, que inclui, por exemplo, vários terrenos abandonados.

A questão da especialização inteligente no quadro da nossa estratégia de inovação e investigação regional também é fundamental para o futuro económico da região. Decidimos orientá-la para seis áreas de atividade estratégicas (Transportes e mobilidade ecológica; Saúde e alimentação; Computação ubíqua e a Internet das Coisas; Química, materiais e reciclagem; Imagem digital e indústrias criativas; Energia).

▶ **Existe um apelo geral para a simplificação da gestão dos fundos europeus. Como pode a região contribuir para este objetivo?**

É muito importante apoiar ao máximo os chefes dos projetos e facilitar a sua candidatura ao financiamento europeu. Um exemplo específico é a elaboração de um documento de implementação para todos os beneficiários de financiamento. O objetivo deste documento de orientação seria resumir as informações relevantes em fichas de atividade com uma explicação dos procedimentos e das principais regras de elegibilidade.

▶ **Como correu o dia de lançamento do PO do FEDER/FSE, a 19 de fevereiro? Quais serão os próximos passos?**

O interesse revelado no dia do lançamento superou as nossas expectativas e contámos com o registo de 1 300 pessoas. Isto é uma prova real de como a Europa é importante para nós, bem como uma prova da importância que as partes interessadas da nossa região dão a este novo programa de financiamento europeu, que nos oferece também o benefício significativo da transparência financeira ao longo dos próximos sete anos. Este aspeto é particularmente importante numa altura em que as finanças públicas se veem confrontadas com dificuldades especiais.

▶ **Quais serão as implicações da fusão entre as regiões de Nord-Pas de Calais e da Picardia, prevista para 1 de janeiro de 2016?**

Em conjunto com os nossos homólogos da Picardia, estamos a embarcar numa operação de fusão de grande envergadura. A França passará a ser constituída por 13 regiões metropolitanas, em comparação com as 22 anteriores. Em termos dos fundos europeus, continuaremos a trabalhar com dois programas operacionais totalmente distintos até 2020, o que não nos impedirá de trabalhar com celeridade para implementar sinergias noutros domínios, como permitir que os chefes de projetos acedam a programas como o Interreg ou o Horizonte 2020.

A questão relativa ao que acontecerá depois de 2020 será importante para a nossa nova região: que posição ocupará na conhecida nomenclatura NUTS? Qual será o estado da nossa região após a fusão de duas regiões em transição? Seguiremos atentamente o trabalho inicial da Comissão Europeia sobre esta matéria, o qual terá início em 2015.

▶ **SAIBA MAIS**
www.nordpasdecalais.fr



▶ **Louvre-Lens: a filial regional do Museu do Louvre em Lens mostra o impacto que os fundos da política de coesão podem ter na renovação e modernização das regiões. O museu foi construído no terreno de uma antiga mina de carvão e impulsionou a renovação urbana na zona desde meados da década de 2000.**



▶ A BAIXA SILÉSIA PREPARA-SE PARA A IMPLEMENTAÇÃO



A Panorama falou com o Marechal Cezary Przybylski sobre o impacto do FEDER e do FSE no Voivodato de Dolny Śląsk (Região da Baixa Silésia) e sobre como a região pretende simplificar o financiamento e a implementação de projetos.

▶ **Como correram as negociações relativas à adoção do programa operacional (PO) para 2014-2020 na sua região? Quais foram as diferenças registadas em comparação com as negociações anteriores?**

As negociações relativas ao Programa Operacional Regional (POR) para o Voivodato da Baixa Silésia tiveram lugar entre setembro e dezembro de 2014. Durante este período, realizaram-se várias reuniões tripartidas com representantes da autoridade regional responsável pela implementação do programa (Autoridade de Gestão do POR da BS), o Ministério das Infraestruturas e do Desenvolvimento na qualidade de coordenador das negociações em nome do Governo polaco e, naturalmente, representantes da Comissão Europeia. Durante as negociações sobre o POR anterior, demos uma grande importância a questões específicas das regiões, mas, desta vez, concentrámo-nos em aplicar provisões comuns a todos os programas regionais sem exceção.

As negociações aconteceram a um ritmo acelerado. Todas as frases eram importantes e, muitas vezes, passamos várias horas a debater uma única questão-chave. O Programa é composto por 11 eixos de prioridades e 34 prioridades de investimento, pelo que era necessário debater várias questões importantes, como os indicadores escolhidos para implementação, os valores-alvo previstos para a concretização e o planeamento de uma abordagem territorial integrada.

Os temas relacionados com a redução das emissões, o financiamento da investigação científica e dos transportes e os investimentos leves como a inclusão social e a educação ocuparam a maior parte do tempo. Um ponto importante das negociações foi a questão das dotações do Fundo Social Europeu, uma vez que a Comissão havia estabelecido que

66% do apoio do FSE teria de ser atribuído a prioridades destinadas a implementar a Recomendação do Conselho de 8 de julho de 2014 relativa ao Programa Nacional de Reforma da Polónia 2014 (recomendações específicas por país). Para alcançar este objetivo, foi necessário alterar consideravelmente as dotações no âmbito de quatro prioridades de investimento financiadas pelo FSE relativas, entre outros, à criação de emprego, ao envelhecimento ativo e saudável, ao acesso a serviços sociais e cuidados de saúde de alta qualidade e à adaptação dos sistemas de educação e de formação profissional às necessidades do mercado de trabalho.

▶ **De que forma pode a política de coesão contribuir para o desenvolvimento económico da Baixa Silésia?**

Graças à política de coesão, a região reforçará o acesso e a prestação de serviços de alta qualidade e tornar-se-á mais atrativa. O investimento nas infraestruturas de transportes e I&D aumentará e a sinergia entre a proteção ambiental e o desenvolvimento económico será fortalecida. É igualmente importante aumentar o investimento no capital humano através da melhoria da educação e da criação de novos empregos.

Alguns dos investimentos iniciados no âmbito do POR BS 2007-2013 ainda não foram concluídos. Ainda há tempo para o fazer, mas já é possível constatar as mudanças que introduziram no desenvolvimento económico da Baixa Silésia. Como é óbvio, ainda temos muito trabalho pela frente.

▶ **Quais são os prós e os contras da nova abordagem que combina diferentes fundos e instrumentos financeiros? De que forma é possível assegurar a consistência e a complementaridade?**

Uma vantagem da combinação dos fundos é, sem dúvida, a simplificação da supervisão dos projetos em processo de implementação, que pode garantir uma maior consistência e complementaridade. A partir de agora, a supervisão dos projetos implementados com fundos do FEDER e do FSE ficará a cargo de uma única Autoridade de Gestão. Deste modo, será possível coordenar os convites à apresentação de projetos de forma a implementar os mesmos objetivos com financiamento de fundos distintos, por exemplo, medidas de educação que desenvolvam competências essenciais no mercado de trabalho e nos estudantes e medidas de



►TECHPARK: A construção do centro de serviço do parque tecnológico de Legnica, que apoia a transferência de inovação e o desempenho em termos de I&D para empreendedores, juntamente com infraestruturas rodoviárias e outras medidas de utilização dos solos em Legnica, está a ajudar a eliminar os desequilíbrios em matéria de desenvolvimento económico em Dolny Śląsk.

investimento como dotar as escolas de equipamentos e materiais de ensino modernos. Esta integração eliminará o risco da duplicação de medidas financeiras semelhantes de diferentes fundos e possibilitará a implementação de projetos completos e bem estruturados.

Entre as vantagens dos instrumentos financeiros, inclui-se a maior probabilidade de execução de projetos bem pensados do ponto de vista financeiro e a minimização de potenciais fracassos. Por outro lado, o menor número de candidaturas apresentadas por parte das instituições interessadas pode ser uma desvantagem. Atualmente, estamos a implementar uma análise *ex ante* da possibilidade de utilização de instrumentos financeiros híbridos e reembolsáveis na Baixa Silésia durante o período 2014-2020. Os principais objetivos são avaliar a pertinência, a forma e o âmbito da utilização de instrumentos financeiros e fazer recomendações quanto ao modelo a adotar e aos meios para a respetiva implementação.

►**Existe uma vontade geral de ver a gestão dos Fundos da UE mais simplificada. De que forma pode a sua região ajudar a cumprir este objetivo em termos concretos?**

Com o intuito de simplificar a gestão, tomamos medidas para facilitar a aquisição e a constituição de projetos por parte dos futuros beneficiários. Criámos a possibilidade de apresentação de candidaturas a financiamento através de um sistema informático, o que contribuirá de forma significativa para simplificar o processo de apresentação de projetos. Elaboraremos um «Guia para Beneficiários» com conselhos e orientações para todos os que pretendam implementar

projetos e sejam capazes de o fazer. Todas as outras instituições envolvidas na implementação do PO fixaram como objetivo a simplificação dos procedimentos e o auxílio aos beneficiários em todas as fases do processo.

►**Estando já adotado o PO, quais serão os próximos passos?**

Após a adoção do PO, começámos a preparar a implementação. Neste momento, as tarefas mais importantes executadas pela Autoridade de Gestão incluem a designação de um Comité de Acompanhamento e a preparação de acordos institucionais com, por exemplo, Organismos Intermédios e associações de Investimento Territorial Integrado.

Estamos agora a dedicar-nos a um trabalho mais pormenorizado, com a elaboração da descrição detalhada dos Eixos de Prioridades, dos critérios de seleção de projetos, do calendário para o convite à apresentação de candidaturas, de um sistema de funções e procedimentos e dos documentos de candidatura, bem como a preparação do sistema informático.

▶ O FEDER COMEMORA 40 ANOS DE EXISTÊNCIA

▶ A COMISSÃO FRANÇOIS-XAVIER ORTOLI, EM 1974

A estratégia inicial por trás da embrionária política regional era de corrigir desequilíbrios resultantes, nomeadamente, da predominância agrícola, das alterações industriais e do subemprego estrutural.

O Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que é hoje a principal ferramenta de investimento no âmbito da estratégia para «o crescimento e o emprego» para as regiões da União Europeia, nasceu de forma relativamente modesta há cerca de 40 anos. O seu principal objetivo foi, desde o primeiro momento, apoiar o crescimento das áreas menos prósperas e aproximar as economias europeias.

Em dezembro de 1974, a Comissão Europeia anunciou que a então Comunidade Económica Europeia (CEE), com nove Estados-Membros, iria ter um Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para «financiar o crescimento das suas regiões mais desfavorecidas».

COMUNIDADE EUROPEIA VAI TER FUNDO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A Comunidade Europeia terá em breve um Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional para ajudar a financiar o crescimento económico das suas regiões mais desfavorecidas. Esta foi uma das mais importantes decisões políticas tomada pelos nove chefes de governo da CEE na «Cimeira» que realizaram em Paris, em 9 e 10 de dezembro de 1974.

Um fundo no valor de 1,3 mil milhões de unidades de conta⁽¹⁾ (o precursor do euro) seria estabelecido durante um período experimental de três anos a partir de 1975.

(1) As Comunidades Europeias utilizaram a Unidade de Conta Europeia (UCE) entre 1975 e 1979, altura em que foi substituída em regime de paridade pelo ECU (Unidade Monetária Europeia), por sua vez, substituído em regime de paridade pelo euro em 1999.

Na alocação de recursos, seria dada prioridade aos países-membros com maiores necessidades: Itália, Irlanda e Reino Unido.

Em 1975, as regiões mais pobres da CEE, definidas a nível subnacional, eram o sul de Itália, a maioria da Irlanda, o ocidente e o sudoeste de França, o norte da Holanda, zonas da Alemanha Ocidental junto à (então) fronteira de leste e grandes partes do Reino Unido, particularmente o País de Gales e a Escócia.

O fundo tinha por objetivo os Estados-Membros mais desfavorecidos e os recursos foram divididos em conformidade: Bélgica, 1,5%; Dinamarca, 1,3%; França, 15%; Irlanda, 6%; Itália, 40%; Luxemburgo, 0,1%; Países Baixos, 1,7%; Alemanha, 6,4%; Reino Unido 28%. De acordo com a decisão da Comissão, as dotações per capita mais elevadas destinaram-se, por ordem, à Irlanda, à Itália e ao Reino Unido.

A política regional, de acordo com o comunicado da Cimeira de 1974, destina-se a corrigir desequilíbrios «resultantes, nomeadamente, da predominância agrícola, das alterações industriais e do subemprego estrutural».

Origens no tratado fundador

O Tratado de Roma, de 1957, fundador da CEE, assumia um compromisso político claro de alcançar um desenvolvimento regional mais equilibrado como forma de promover a integração, ou «coesão», entre as várias regiões da Comunidade Económica Europeia.

As primeiras diretrizes abrangentes para uma política regional foram propostas pela Comissão em 1973. As primeiras diligências rumo ao estabelecimento de um Fundo de Desenvolvimento Regional foram, contudo, atrasadas pelas perturbações monetárias internacionais e pela crise do petróleo, pelo que só em 1974 foi possível alcançar esse acordo.

A política regional comunitária, afirmou a Comissão, deve: coordenar e complementar, não substituir, as políticas regionais nacionais; coordenar as políticas comuns e os instrumentos financeiros da Comunidade e reduzir a congestão em áreas superpovoadas, além de prestar auxílio.

Nos termos do novo Fundo de Desenvolvimento Regional, três tipos de ações eram elegíveis para o financiamento público até 50% em questão:

- ▶ 1. Investimentos em pequenas empresas que criassem, no mínimo, 10 novos empregos.
- ▶ 2. Investimentos em infraestruturas relacionados com o ponto 1.
- ▶ 3. Investimentos em infraestruturas em áreas montanhosas, que tinham, também, de ser elegíveis para o fundo de orientação para a agricultura.

Os Estados-Membros tinham de se candidatar à ajuda do FEDER a nível de projetos. As decisões eram tomadas num comité de Estados-Membros com base em propostas da Comissão.

O Comissário para a Política Regional, **George Thomson**, afirmou que o novo fundo iria «restaurar a fé na Comunidade para milhões de cidadãos comuns que há muito tempo esperavam a concretização do compromisso de estabelecer um fundo regional».

A decisão tomada em Paris prova que a solidariedade entre países da CEE é uma realidade, mesmo numa altura de incríveis pressões sobre as respetivas economias. O lançamento efetivo da política regional insere-se num esforço mais alargado para aproximar as economias europeias.

UM AVANÇO PARA A COMUNIDADE

O comissário responsável pela política regional à data era o britânico **George Thomson**.

Segundo as suas palavras, a decisão de criar um fundo regional marcou «um importante avanço para toda a Comunidade... Embora o fundo tenha uma dimensão relativamente reduzida, este poderá trazer benefícios práticos para as regiões mais desprivilegiadas da Europa a partir de 1975».



Numa frase que continua a ser repetida nos dias de hoje, num discurso em que anunciava o recém-fundado FEDER, em 1974, George Thomson afirmou:

« Não é possível sermos governados por estrangeiros quando o nosso próprio Governo se encontra entre eles. »

No momento em que o Reino Unido renegociava os termos da sua adesão, ele destacou que o Reino Unido teria direito a 28% do fundo, enquanto a sua contribuição para o mesmo seria inferior a 17%. Thomson sublinhou, igualmente, que a nova política se focaria nos problemas do envelhecimento industrial (típico do Reino Unido à data), bem como nos problemas agrícolas da Comunidade.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/pt/policy/what/history/

▶CORINA CREȚU EM VIAGEM

Para a Comissária para a Política Regional, Corina Crețu, os primeiros meses desde que assumiu funções foram bastante agitados, com visitas a projetos financiados pela UE e reuniões com partes interessadas, parceiros e dignitários na Europa e além-fronteiras.

As suas viagens levaram-na a vários pontos da União, até mesmo à distante Guadalupe, onde participou numa conferência das Regiões Ultraperiféricas. Este programa de visitas permite à Comissária compreender em primeira mão as circunstâncias e os grandes problemas locais, bem como estabelecer contactos pessoais com os principais intervenientes com os quais trabalhará durante o seu mandato. A Comissária Crețu faz questão de ir ao encontro das pessoas e de ver e conhecer os projetos no terreno, pelo que aguarda com expectativa as suas próximas visitas. Para fortalecer ainda mais a boa comunicação, também escreve regularmente um blogue sobre as suas atividades e criou um feed de notícias no Twitter e no Facebook.



▶SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu/blog_pt

<https://twitter.com/CorinaCretuEU>

<https://www.facebook.com/EUCorinaCretu>

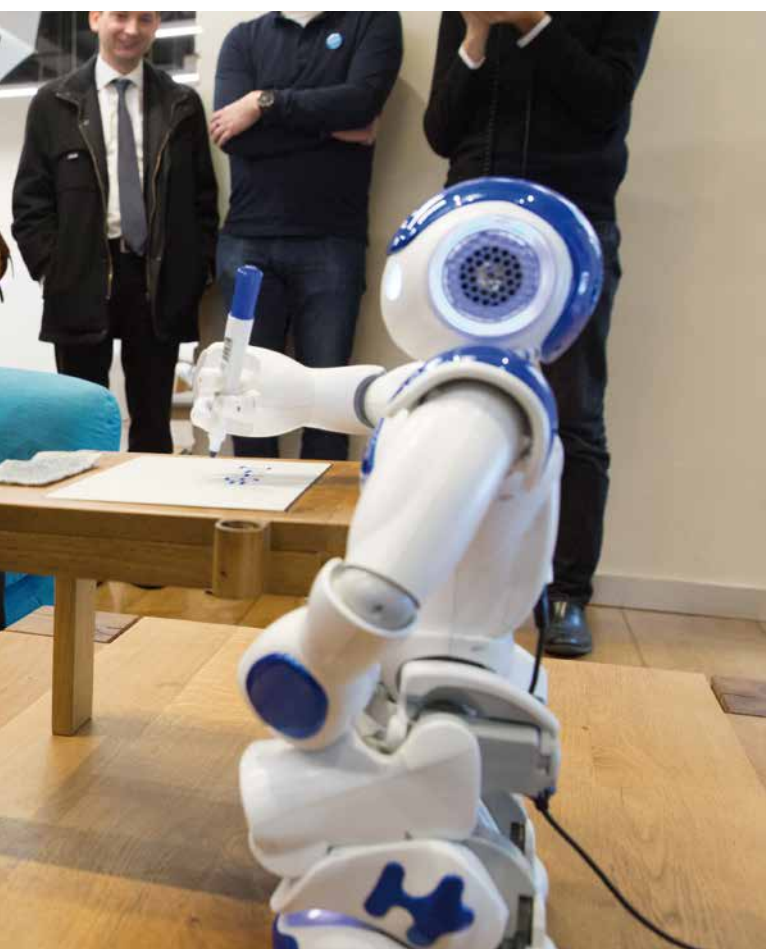




►30/03/2015
Praga/República Checa
Corina Crețu e Karla Slechtova, Ministra do Desenvolvimento Regional da República Checa, conversam sobre uma faixa que representa as regiões da República Checa.



►08/01/2015
Riga/Letónia
Corina Crețu participa num debate sobre o futuro da Europa na «Riga Latvian Society House» com os Vice-Presidentes da Comissão Europeia Frans Timmermans (à esquerda) e Valdis Dombrovskis (no centro).



►06/03/2015
Mérida/Espanha
Visita à empresa Gameroil durante uma viagem a Espanha destinada a participar em reuniões com as partes interessadas responsáveis pela implementação dos fundos da UE.

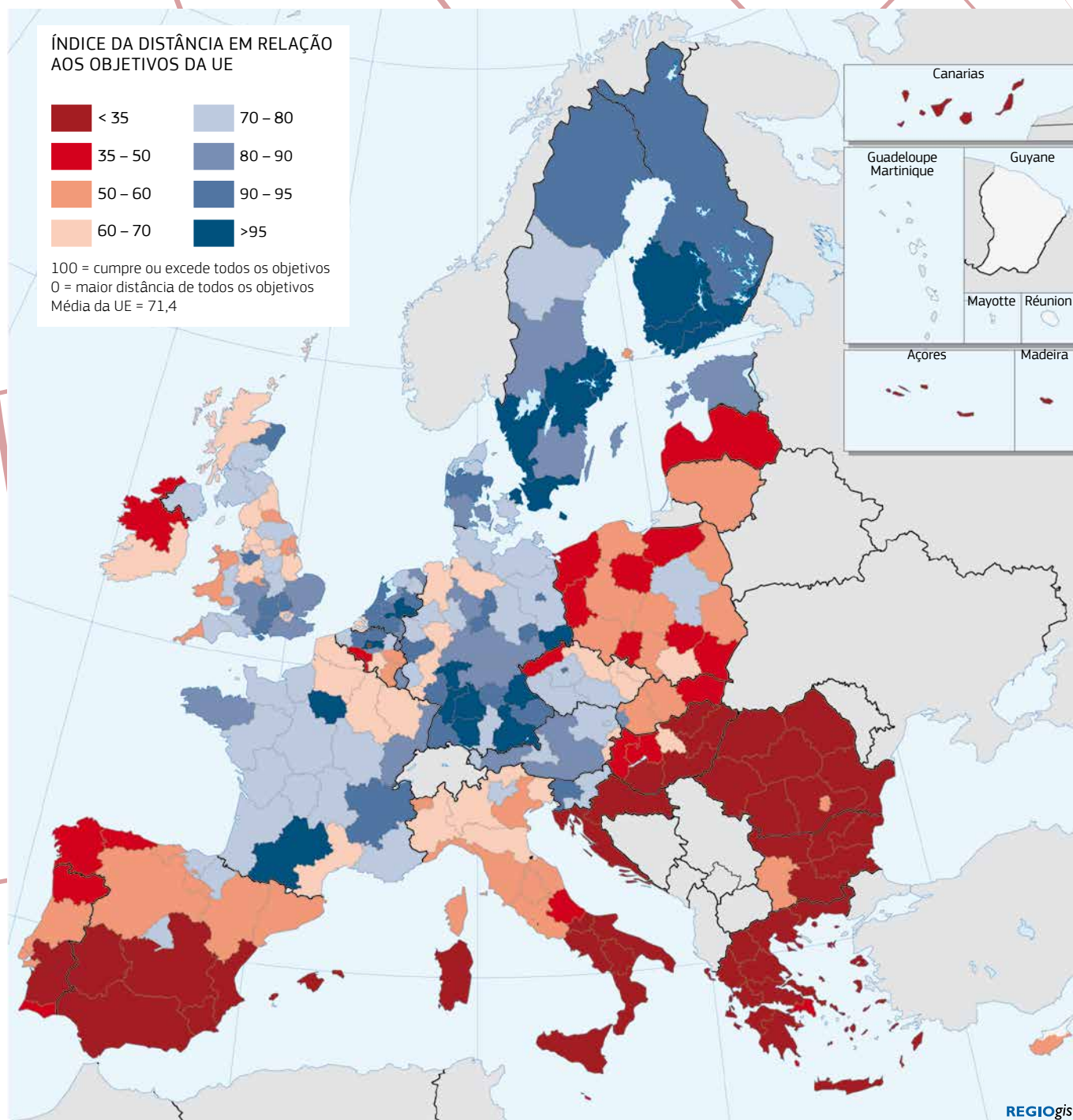


►12/03/2015
Rătești/Roménia
Visita a uma exploração agrícola com Phil Hogan, Comissário Europeu para a Agricultura e o Desenvolvimento Rural (3.º à esquerda) e Daniel Constantin, Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Roménia (4.º à esquerda).



►19/03/2015
**Frankfurt-an-der-Oder/
Alemanha – Słubice/Polónia**
Com Elżbieta Polak, Presidente do Voivodato da Lubúsquia, Polónia, durante uma visita à fronteira germano-polaca para debater a cooperação transfronteiriça na região.

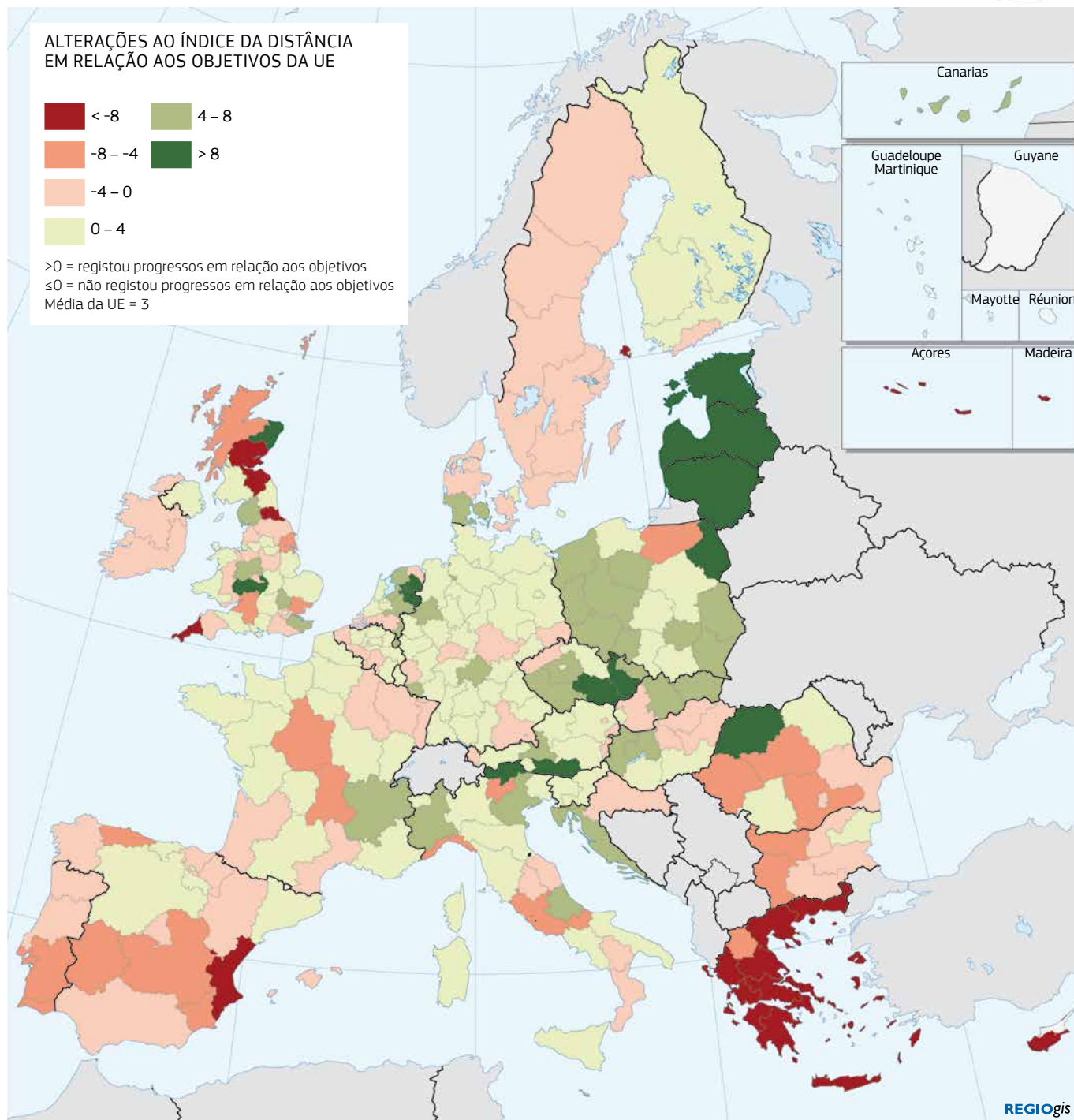
▶ ÍNDICE EUROPA 2020, 2012



O índice regional 2020 calcula a distância que as regiões ainda têm de percorrer até concretizarem os quatro principais objetivos da estratégia Europa 2020 em matéria de emprego, educação, pobreza e inovação. Quando uma região concretiza um objetivo, são-lhe atribuídos 25 pontos. As regiões que se encontram a maior distância do objetivo recebem 0 pontos. Cinco regiões, incluindo as regiões das três capitais dos países nórdicos, concretizaram todos estes

objetivos em 2012 e tiveram 100 pontos. As regiões das capitais encontram-se, quase sempre, entre as regiões com o melhor desempenho do seu país. Muitas das regiões da Alemanha, da Áustria, da França, do Reino Unido e dos países do Benelux conseguem classificações elevadas neste índice, ao passo que as regiões do sul e dos Estados-Membros que aderiram à UE desde 2004 tendem a ter valores mais baixos.

▶ ALTERAÇÕES AO ÍNDICE EUROPA 2020, 2010-2012



A diferença entre as regiões mais desenvolvidas, de transição e menos desenvolvidas é considerável. As taxas de emprego, as taxas de educação superior e a I&D são muito mais baixas nas regiões menos desenvolvidas em comparação com as restantes regiões. Em consequência, o índice 2020 das regiões mais desenvolvidas é duas vezes superior ao das regiões menos desenvolvidas.

Entre 2010 e 2012, oito regiões acrescentaram mais de dez pontos à sua classificação: os países bálticos, duas regiões dos Países Baixos, duas regiões do Reino Unido e uma região da Roménia. No entanto, a classificação do dobro das regiões caiu dez pontos: dez regiões da Grécia, duas regiões de Espanha, duas regiões de Portugal, uma região do Reino Unido e o Chipre.

▶ A UE APOIA AS REGIÕES ULTRAPERIFÉRICAS

AJUDAR A APROVEITAR OS RECURSOS DAS REGIÕES

Em fevereiro, a Comissária da Política Regional Corina Crețu visitou Guadalupe pela primeira vez para participar na 20.ª Conferência dos Presidentes das regiões ultraperiféricas da UE, aproveitando a oportunidade de debater as estratégias de crescimento económico das nove regiões e os meios de tirar o máximo partido dos fundos da UE disponíveis.

As nove regiões ultraperiféricas (RUP) são constituídas por Açores, Guadalupe, Guiana Francesa, Ilhas Canárias, Madeira, Maiote, Martinica, Reunião e São Martinho. São parte integrante da UE e estão sujeitas à legislação da UE, bem como a todos os direitos e deveres associados à adesão à UE.

A Conferência de Presidentes é organizada anualmente pela presidência rotativa do grupo, posição atualmente ocupada por Guadalupe, e representa o encontro mais importante a nível político entre o Comissário responsável pela coordenação das políticas da UE e as regiões ultraperiféricas e respetivos Presidentes. O seu objetivo é debater a estratégia da UE para as regiões no âmbito de diferentes políticas da União, como a agricultura, o ambiente, a política marítima e de coesão, o comércio, etc.

Desafios

As RUP apresentam um grande potencial, mas também enfrentam muitos desafios decorrentes da sua localização geográfica específica e do facto de muitas delas serem ilhas.

Por um lado, enfrentam condicionalismos como o afastamento geográfico, a insularidade, a pequena dimensão, a topografia e clima difíceis e a dependência económica de um pequeno número de produtos. Por conseguinte, as suas economias permanecem numa situação relativamente frágil. Por outro lado, estão cheias de potencialidades e são uma mais-valia para a Europa. Mais concretamente, as RUP difundem a influência da UE nas suas regiões: o nordeste do Atlântico, as Caraíbas, a Amazónia e o Oceano Índico.

Recursos

Estas regiões apresentam uma reserva considerável de recursos marítimos, pelo que têm potencial para ser um laboratório em alto-mar para a investigação da UE em domínios como a segurança alimentar, a ação climática, a energia e a biotecnologia. Os seus territórios são o lar de uma diversidade de espécies e ecossistemas única de importância fulcral para a biodiversidade à escala global. Existem condições propícias para o desenvolvimento de fontes de energia renováveis a partir de biocombustíveis, assim como para o aproveitamento da energia eólica, solar, geotérmica ou fotovoltaica.

Devido ao seu ambiente natural e cultural excecional, as RUP revelam também um grande potencial turístico. Além disso, as suas localizações criam grandes oportunidades para o desenvolvimento das atividades da UE no que respeita ao espaço, à astrofísica e aos satélites.

Em termos de capital humano, as RUP possuem uma força de trabalho com um maior grau de educação e qualificação, melhores serviços públicos e conhecimentos mais avançados do que as regiões vizinhas, o que lhes oferece a possibilidade de vender serviços e conhecimentos em setores de elevado valor acrescentado.

Apoio da UE

A UE apoia estas regiões ao longo do processo de modernização das suas economias e de superação dos obstáculos aos quais fazem face. Este apoio concentra-se nas áreas em que pode realmente fazer a diferença e alcançar o maior impacto.

Para o período 2014-2020, os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus (ESIF) disponibilizaram 6,6 mil milhões de euros para dotar as nove regiões de melhores meios para superar as dificuldades económicas e ambientais e transformar as desvantagens em vantagens.

Na sua Comunicação de 2012, «As regiões ultraperiféricas da União Europeia: Parceria para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo», a Comissão definiu cinco eixos de prioridades (acessibilidade, competitividade, integração regional, reforço da dimensão social e combate às alterações climáticas)



MEMORIAL DA ESCRAVATURA E O PORTO DE POINTE-À-PITRE

A Comissária Crețu visitou um novo memorial atualmente em construção em memória da abolição da escravatura e do tráfico de escravos. O memorial, cofinanciado pelo FEDER, é composto por um complexo de edifícios impressionante que se tornará um lugar de memória para os milhões de pessoas afetadas pela escravatura e promoverá a compreensão e a reconciliação. Prevê-se também que se transforme numa atração turística e crie atividade económica e empregos.

O memorial será inaugurado em maio de 2015 pelo Presidente da França. Em Guadalupe, a Comissária também visitou o Porto de Pointe-à-Pitre, um porto abrigado de grandes dimensões cujo processo de expansão está a ser apoiado pelo FEDER. O porto assume uma grande importância para a economia do arquipélago e o comércio internacional, especialmente tendo em conta o recente alargamento do Canal do Panamá, mas está localizado numa região vulnerável a catástrofes naturais.

para alinhar as medidas políticas para as regiões ultraperiféricas com a estratégia Europa 2020.

Durante a visita, a **Comissária Crețu** realçou a importância de continuar a explorar o potencial dos programas operacionais para o período 2014-2020 e salientou o apoio da política regional com vista a disponibilizar às RUP os instrumentos necessários para transformar os seus recursos em oportunidades de crescimento reais.

Planos de ação

Em 2012, a Comissão convidou as RUP a elaborarem Planos de Ação individuais que refletissem as suas necessidades, oportunidades e prioridades estratégicas a longo prazo.



► Conferência de Presidentes das regiões ultraperiféricas da UE, Guadalupe.

Cada Plano de Ação explica como as RUP pretendem aplicar a agenda Europa 2020, tendo em conta as suas situações individuais. O seu âmbito ultrapassa os programas dos ISIF e engloba outras questões como, por exemplo, o acesso a programas horizontais da UE.

A luta contra o desemprego, o reforço da integração regional e o aumento da utilização de energias renováveis para combater as alterações climáticas estão no centro de muitas destas ações.

Na Conferência de Presidentes de 2013, realizada na Reunião, a Comissão sugeriu a criação de grupos de trabalho *ad hoc* para ajudar a implementar os Planos de Ação com medidas concretas.

Estes grupos de trabalho tiveram início em 2014 e, até ao momento, já se realizaram seis reuniões «plenárias» em Bruxelas, bem como reuniões por teleconferência paralelas destinadas a abordar problemas regionais mais específicos.

Apoio ao emprego

A pedido das RUP, foi dada uma atenção especial a medidas para combater o desemprego. Como resultado, foi criada a «Rede de Emprego das Regiões Ultraperiféricas», formalizada oficialmente pelos Presidentes das RUP em setembro de 2014.

As Direções-Gerais da Política Urbana e Regional e do Emprego, dos Assuntos Sociais e da Inclusão da Comissão trabalharão em conjunto para ajudar as regiões ultraperiféricas a apresentar ações e projetos concretos que tenham um impacto sobre o emprego e, em especial, que se insiram no quadro da Rede de Emprego das RUP.

A Comissária Crețu salientou e aplaudiu o dinamismo impulsionado pelos grupos de trabalho tripartidos.

► SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/pt/policy/themes/outmost-regions/

▶ LEVAR A EXPERIÊNCIA EUROPEIA EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL À AMÉRICA LATINA

A experiência reunida pela Europa ao longo de 40 anos dedicados à elaboração de um modelo de desenvolvimento regional especificamente europeu foi, recentemente, objeto de cooperação intensa com vários países da América Latina.

Nos últimos anos, tornou-se particularmente importante para os países da América Latina compreender os objetivos e os métodos da política regional europeia. Este conhecimento permite-lhes desenvolver e implementar políticas destinadas a promover um padrão de desenvolvimento económico mais equilibrado e, desta forma, aumentar a competitividade nacional e os níveis de emprego, bem como reforçar a cooperação transfronteiriça. A criação de uma *Red Latinoamericana de Políticas Públicas de Desarrollo Regional* (Rede Latinoamericana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional), que reúne 17 países com vista a facilitar o intercâmbio de experiências e boas práticas, é um reflexo da importância deste domínio no continente sul-americano. No contexto da relação mais ampla entre a Europa e a América Latina, o tema da cimeira de junho de 2015 entre a UE e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) é «Construir o nosso futuro comum: trabalhar para criar sociedades prósperas, coesas e sustentáveis para os nossos cidadãos», que, como o título sugere, incidirá fortemente sobre o desenvolvimento territorial.

Modelo europeu de desenvolvimento regional

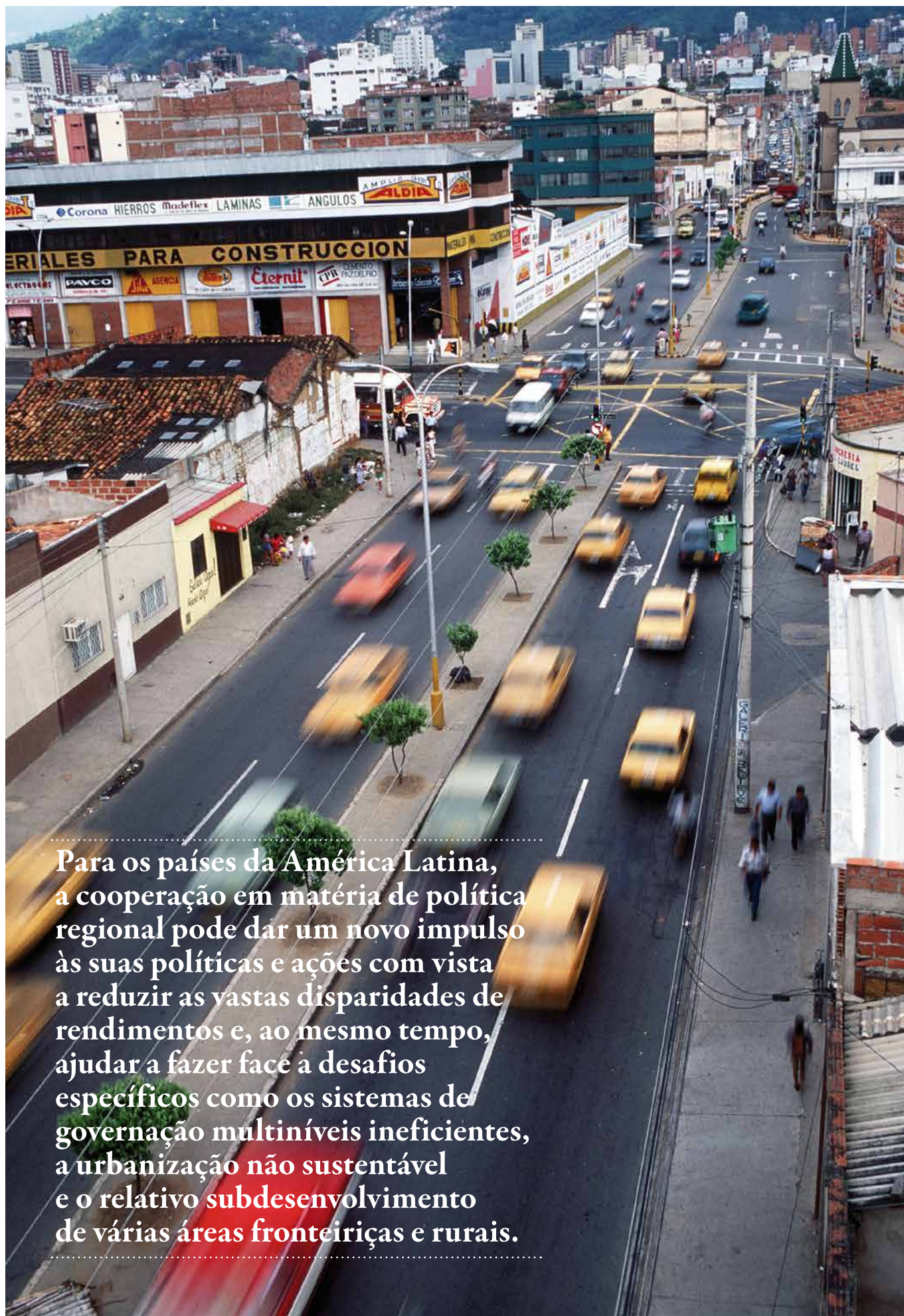
Em 2006, a Direção-Geral da Política Regional e Urbana, em representação da União Europeia, iniciou a execução de um programa de cooperação com países emergentes, apoiado, em grande parte, pelo Parlamento Europeu desde 2009. Através do diálogo e do intercâmbio de boas práticas, esta iniciativa colocou 25 anos de experiência europeia à disposição de países de todo o mundo. No centro desta cooperação está o interesse vindo de fora da UE no modelo europeu de

desenvolvimento regional, um modelo assente no mercado, com regras rígidas para preservar a concorrência e promover os contratos públicos abertos, e que respeita princípios essenciais como a boa governação, a igualdade de oportunidades, o desenvolvimento sustentável e uma ampla participação na conceção e na execução de ações de desenvolvimento. Os diálogos envolvem cada vez mais as cidades e as regiões dos dois lados do Atlântico numa forma de *cooperação descentralizada*, reunindo a melhor experiência internacional. Deste modo, os diálogos são uma oportunidade de trabalho em rede para os agentes a nível regional e contribuem para a criação de novas relações comerciais e empresariais.

Para os países da América Latina, o interesse nesta cooperação deve-se, em grande parte, à possibilidade de dar um novo impulso às suas políticas e ações com vista a reduzir as vastas disparidades de rendimentos e, ao mesmo tempo, fazer face a desafios específicos como os sistemas de governação multiníveis ineficientes, a urbanização não sustentável e o relativo subdesenvolvimento de várias áreas fronteiriças e rurais através da política regional. À luz da necessidade de promover novas oportunidades em setores de valor acrescentado e, desta forma, reduzir a tradicional dependência dos produtos de base e das indústrias extrativas, estes países demonstram um interesse especial em compreender melhor as ideias europeias no domínio dos sistemas de inovação regional.

Diálogo sobre política regional com o Brasil

A cooperação com o Brasil tem-se centrado, principalmente, no quadro político do governo que visa a elaboração de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional de segunda geração. Os trabalhos preparatórios foram fortemente influenciados pelo modelo de política regional europeu no que respeita aos objetivos prioritários e aos sistemas de execução. Este diálogo foi formalizado em 2007 com a assinatura de um Memorando de Entendimento com o Ministro da Integração Nacional, o primeiro acordo do género com um país da América Latina. Desde então, foram organizados mais



Para os países da América Latina, a cooperação em matéria de política regional pode dar um novo impulso às suas políticas e ações com vista a reduzir as vastas disparidades de rendimentos e, ao mesmo tempo, ajudar a fazer face a desafios específicos como os sistemas de governação multiníveis ineficientes, a urbanização não sustentável e o relativo subdesenvolvimento de várias áreas fronteiriças e rurais.

de 40 projetos de cooperação individuais, incluindo conferências, seminários, programas de formação, visitas de estudo, um programa de intercâmbio para agentes e representantes regionais e estudos que incluíram vários projetos-piloto na região transfronteiriça da Guiana Francesa (a mais extensa fronteira externa da UE com um país não pertencente à UE) e, mais notavelmente, uma abrangente Análise Territorial do Brasil realizada em cooperação com a OCDE.

Desenvolvimento de estratégias de inovação regional no Chile

A ambição de promover novas oportunidades em setores de valor acrescentado e reduzir a dependência do setor primário é particularmente forte no Chile. O projeto «RED» (2011-2012), cofinanciado pela União Europeia, permitiu a sete regiões chilenas criar estratégias regionais de inovação (RIS) baseadas numa metodologia europeia com o mesmo nome. Graças aos resultados positivos obtidos no âmbito deste projeto, a DG Política Regional e Urbana concedeu um apoio financeiro suplementar para a implementação das estratégias nas regiões em questão, inclusive para a criação de sistemas de acompanhamento.

Estas estratégias de inovação promoveram uma nova dinâmica, assente no consenso e na cooperação nas regiões do Chile, bem como no setor académico e empresarial e nas instituições públicas. Também reforçaram os conhecimentos profissionais nas regiões devido a programas de formação e educação intensivos. Por sua vez, o apoio europeu ajudou a reforçar a governação regional e foi reconhecido pelo seu importante contributo para o processo de descentralização regional, uma grande prioridade para o governo nacional.

Política regional e integração transfronteiriça com o Peru

Apesar de recente (2013), a cooperação com o Peru no domínio das estratégias regionais de inovação no quadro da cooperação transfronteiriça já produziu resultados consideráveis. Um estudo-piloto sobre inovação regional nas regiões de Cusco e Tacna que utilizou metodologia europeia deu origem a novas parcerias entre empresas (PME) universidades, centros de investigação e autoridades regionais com vista a identificar e desenvolver atividades de valor acrescentado para fomentar o crescimento regional. O Peru, com o apoio da Comissão Europeia, organizou ainda um seminário internacional, em dezembro de 2013, subordinado ao tema «Inovação para o Desenvolvimento Territorial». Mais de 200 representantes da América Latina e da Europa marcaram presença no evento.



▶ As Cataratas do Iguazu na fronteira entre a Argentina e o Brasil.

Um projeto adicional de cooperação triangular no domínio da inovação e do desenvolvimento regional nas regiões de Tacna (Peru) e Arica (Chile) envolveu a UE, o Chile e o Peru e as respetivas regiões da capital dos dois últimos países, Lima e Santiago. Este projeto promoveu uma nova parceria transfronteiriça para o desenvolvimento em setores como a agroindústria, o turismo e o abastecimento de água.

De modo semelhante, um projeto de cooperação transfronteiriça entre a UE, o Peru e o Brasil está a criar projetos conjuntos na bacia brasileira e peruana do rio Amazonas, em especial no setor da aquacultura. Em resultado deste projeto, estão a ser definidas as medidas concretas necessárias para criar uma política pública mais eficaz na bacia do Amazonas, de forma a permitir o desenvolvimento sustentável e competitivo do setor da aquacultura.

Interesse crescente na colaboração com a UE em matéria de política regional

Recentemente, foram instituídos dois novos diálogos: em primeiro lugar, com o México, em outubro de 2014, país onde a nova administração deu uma elevada prioridade política ao estabelecimento de uma política de desenvolvimento regional a nível federal, e, em segundo lugar, em janeiro de 2015, com a organização supranacional de 8 países da América Central, o «SICA» (Sistema de Integração Centro-Americana). Ao trabalhar com o SICA, que assinou, em 2013, um Acordo de Associação abrangente com a União Europeia, o objetivo da UE é promover o intercâmbio de informações sobre boas práticas em matéria de cooperação transfronteiriça, por intermédio de um estudo inicial realizado em três áreas transfronteiriças que enfrentam desafios específicos ao processo de integração: o Golfo de Fonseca (Salvador-Honduras-Nicarágua), a Região de Trifinio (El Salvador-Guatemala-Honduras) e a bacia de Sixaola (Costa Rica-Panamá).



Projetos de cooperação transfronteiriça na América Latina

Nos últimos anos, a DG Política Regional e Urbana, com o apoio da Associação das Regiões Fronteiriças Europeias (ARFE), organizou vários estudos, workshops, seminários e visitas de estudo sob o tema da cooperação transfronteiriça entre os países e as regiões da América Latina, que contaram com participantes da Argentina, da Bolívia, do Brasil, do Chile, da Colômbia, do Equador, do Paraguai, do Peru e do Uruguai. Um projeto inicial identificou várias áreas de cooperação, por exemplo, onde apresentavam oportunidades, e desafios, para a cooperação, principalmente nas regiões fronteiriças do Paraguai-Argentina e do Uruguai-Brasil.

Posteriormente, a UE (DG Política Regional e Urbana) financiou um estudo destinado a apoiar o crescimento sustentável e abrangente nas áreas em desenvolvimento do Rio Paraná.

No âmbito de outros projetos em matéria de cooperação transfronteiriça, peritos e representantes políticos da América Latina embarcaram numa série de visitas de estudo a várias regiões fronteiriças europeias para participar em seminários especificamente relacionados com este tema, os quais contaram com a presença de autoridades nacionais e supranacionais, o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina, o SICA e a UE, bem como representantes da sociedade civil e do setor académico e empresarial.

Cooperação em matéria de desenvolvimento urbano sustentável.

Desde 2010 que a DG Política Regional e Urbana e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) apoiam cidades da Europa, da América Latina e das Caraíbas que procuram um desenvolvimento urbano mais sustentável e integrado

(URBELAC). O objetivo passa por apoiar o desenvolvimento urbano sustentável nos dois lados do Atlântico através da criação de redes que permitam aos vários intervenientes públicos que enfrentam desafios semelhantes partilhar experiências relacionadas com boas práticas, bem como lições aprendidas no que respeita a políticas e medidas urbanas integradas e sustentáveis. Desde a sua criação, 22 cidades dos dois lados do Atlântico aderiram a esta rede.

Colaboração com o Programa Regional para a Coesão Social (EUROSociAL)

Este importante programa de cooperação a longo prazo entre a Europa e a América Latina dá prioridade ao apoio à política de desenvolvimento regional pública no interesse destes países e das suas regiões. A DG Política Regional e Urbana presta o seu apoio através da organização e da participação em workshops e em seminários e do acolhimento de autoridades nacionais e regionais da América Latina. Apoia ainda o trabalho da Rede Latino-americana de Políticas Públicas para o Desenvolvimento Regional mencionada acima.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/pt/policy/cooperation/international/latin-america/

▶DIVULGAR A POLÍTICA REGIONAL



Shirin Wheeler, antiga Porta-voz para a Política Regional, reflete sobre a sua transição de jornalista para porta-voz, entre setembro de 2012 e novembro de 2014.

Uma vez, enquanto tomávamos café antes do nosso briefing diário do meio-dia no Berlaymont, um jornalista de rádio da República Checa a residir em Bruxelas disse-me que, na opinião dele, se a UE não interrompesse periodicamente os nossos programas, a situação das administrações nacionais e locais seria muito pior. De facto, em vez de inspirar hostilidade, ele e muitos outros membros do corpo de imprensa de Bruxelas encaravam a política regional da UE como uma influência reformadora e essencialmente benigna. É claro que são muitas as pessoas que têm diferentes ideias preconcebidas, mas estas trocas de palavras fizeram-me pensar sobre a forma como os jornalistas de diferentes partes da UE veem a União e, em particular, a nossa política. Além disso, salientaram a importância de encarar a política regional como muito mais do que um pote de ouro no fim do arco-íris da adesão à UE.

Enquanto jornalista da BBC a fazer a cobertura dos assuntos europeus para um público nacional e internacional durante cerca de 15 anos, trabalhar para a Comissão Europeia não estava nos meus planos. Mas, de alguma forma, foi um passo lógico. Na qualidade de correspondente em Bruxelas para a televisão regional e a rádio local da BBC, comecei por fazer a cobertura dos assuntos europeus e descobri que a tradução da política da UE em medidas locais a nível regional era um trabalho interessante e importante. Que impacto tem a diretiva relativa ao tempo de trabalho numa padaria em

Namur? Poderia a política marítima da UE aprender algo com um projeto de cooperação na Frísia onde os pescadores partilham as suas licenças de pesca? O que significa a identidade europeia para um bailarino de flamenco na Andaluzia?

Enquanto eu procurava o meu novo escritório no Berlaymont, a Europa atravessava uma crise financeira e económica que me mantia a mim e a outros colegas da imprensa bastante atarefados. A importância do posicionamento da política regional como resposta a essa crise era óbvia: enquanto a maioria falava em austeridade, a política regional assentava no investimento e no aproveitamento do potencial das pessoas. Esta orientação tem eco junto das pessoas, em especial quando a esperança é pouca, como a nossa visita com a unidade grega da DG Política Regional e Urbana às 13 regiões da Grécia demonstrou posteriormente.

Assumi o cargo de porta-voz para a Política Regional numa altura fascinante. No Parlamento Europeu, os trilogos decorriam a todo o vapor à medida que se aproximava a fase final das negociações em matéria da reforma política. Fiquei aliviada por estas serem mudanças que eu poderia «vender» com entusiasmo, apesar dos termos marcados pelo jargão, como «condicionalidades ex ante» e «especialização inteligente». Não acredito que os comunicadores políticos sejam convincentes quando não acreditam no que estão a fazer. E ainda queria manter a cabeça erguida entre os meus antigos colegas na sala de imprensa!

Contudo, a transição da cobertura dos assuntos da UE para a divulgação dos mesmos é significativa, mesmo quando se trabalhou anteriormente num organismo de radiodifusão de serviço público cujo lema é «missão de explicar». Quando nos tornamos porta-voz de uma instituição política, as nossas lealdades mudam. Havia entrado num mundo de «mensagens» e «pontos a reter». Paralelamente, o empenho para com a transparência, a discussão e a participação pública é tranquilizadamente forte na Comissão. Contudo, manter a divisão necessária entre a precaução e a abertura foi uma nova experiência.

Um pensamento final para os meus colegas comunicadores: embora todas as políticas tenham pontos sensíveis, na Política Regional existe uma profusão de histórias a contar sobre a forma como a UE está a ter um impacto positivo na vida das pessoas. Se jogarmos muito pelo seguro, corremos o risco de esconder as boas notícias que temos para dar. ■

▶ PLANOS DE AVALIAÇÃO

APOIAR UMA POLÍTICA ASSENTE EM DADOS CONCRETOS

Uma vez adotados os programas operacionais, as Autoridades de Gestão têm de elaborar planos de avaliação a apresentar para consideração por parte do comité de acompanhamento no prazo de um ano. Estes planos abrangem cada programa e acompanham as respetivas atividades de avaliação até ao final do período de programação. Constituem um instrumento essencial para apoiar a ênfase reforçada nos resultados da política de coesão.

A regulamentação relativa aos Fundos Estruturais e de Investimento Europeus 2014-2020 realça, mais do que nunca, os objetivos dos programas, a lógica de intervenção para alcançar os resultados esperados e o papel da avaliação. Torna os planos de avaliação obrigatórios, assim como as avaliações de impacto destinadas a avaliar o contributo dos Fundos para a concretização dos objetivos dos programas. Tanto os Estados-Membros como a Comissão Europeia têm de apresentar relatórios regulares sobre os resultados e os impactos: os primeiros à Comissão Europeia; os últimos ao Parlamento Europeu, ao Conselho, ao Comité Social e ao Comité das Regiões. Em 2022, os Estados-Membros sintetizarão todas as conclusões das avaliações, preparando assim o terreno para as avaliações ex post da política pela Comissão Europeia. Deste modo, as avaliações contribuirão para os debates sobre as políticas ao mais alto nível.

Planear as avaliações não é uma tarefa fácil. Em primeiro lugar, é necessário que os programas tenham identificado claramente aquilo que pretendem mudar e que sejam acompanhados os indicadores relevantes. Em seguida, consoante a disponibilidade de dados concretos nos domínios de intervenção política abrangidos pelos programas, é necessário decidir onde concentrar os esforços de avaliação, de modo a preencher lacunas de conhecimento e cumprir requisitos regulamentares.

Nesse sentido, os planos devem enumerar as avaliações necessárias durante a duração do programa e reservar recursos suficientes para as recolhas e análises de dados exigidas. Para cada avaliação planeada, os planos devem indicar o fundamento, o calendário, as principais questões, os requisitos em matéria de dados e métodos, a duração e o orçamento previsto. Além disso, também devem definir a estratégia de gestão das avaliações, como será dado seguimento às respetivas conclusões e como estas serão comunicadas às partes interessadas



DOCUMENTO DE ORIENTAÇÃO PARA O ACOMPANHAMENTO E A AVALIAÇÃO

http://ec.europa.eu/regional_policy/sources/docoffic/2014/working/wd_2014_en.pdf

e ao público. As Autoridades de Gestão devem rever e adaptar regularmente os planos em conformidade com as alterações ao programa ou ao respetivo contexto que impliquem novas necessidades de conhecimentos.

O planeamento de avaliações a montante ajudará a melhorar a sua qualidade e utilidade, além de ajudar a Comissão a recolher e divulgar as respetivas conclusões entre os decisores políticos e os gestores de programas. Em última análise, contribuirá para a conceção e a implementação de programas e políticas assentes em dados concretos.

Para apoiar as Autoridades de Gestão na elaboração dos planos de avaliação, a Comissão Europeia criou um documento de orientação disponível no Web site da DG Política Regional e Urbana. Este documento inclui ainda recomendações para a redação de termos de referência para avaliações de impacto e para a gestão de avaliações externas. A Comissão Europeia trabalhará em conjunto com as Autoridades de Gestão no sentido de melhorar a qualidade destes planos de avaliação, apresentando observações e partilhando boas práticas.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/regional_policy/index.cfm/pt/policy/evaluations/guidance/#1

▶ NOTÍCIAS

[NOTÍCIAS BREVES]



LANÇAMENTO DO NOVO PERÍODO DE PROGRAMAÇÃO NA POLÓNIA

A **Comissária Crețu**, juntamente com a Ministra das Infraestruturas e do Desenvolvimento da Polónia, **Maria Wasiak**, lançou oficialmente os Programas Operacionais para a Política de Coesão da Polónia a 26 de fevereiro, num evento que contou com a presença da Primeira-Ministra da Polónia **Ewa Kopacz**, da Comissária europeia **Elżbieta Bieńkowska** e dos Presidentes dos 16 voivodatos polacos.

Desde a adesão do país à União Europeia, há quase 11 anos, os fundos têm desempenhado um papel fundamental para assegurar o seu crescimento. Durante o período 2014-2020, a Polónia continuará a ser o maior beneficiário da política de coesão da UE. No âmbito do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, do Fundo de Coesão e do Fundo Social Europeu, ser-lhe-ão atribuídos mais de 77,3 mil milhões de euros.

Graças à excelente cooperação entre as autoridades polacas e a Comissão Europeia, os 22 Programas Operacionais elaborados foram adotados com êxito até meados de fevereiro. O novo período coloca desafios em termos de implementação, uma vez que as regiões serão responsáveis pela gestão de 55% dos recursos. Por conseguinte, as regiões que conhecem bem os seus pontos fortes e as suas necessidades desfrutarão de inúmeras oportunidades de desenvolvimento. Contudo, as regiões terão também uma maior responsabilidade para garantir que as verbas são investidas de forma inteligente.

▶ SAIBA MAIS

http://ec.europa.eu/commission/2014-2019/cretu/blog/launching-new-programming-period-poland_en

▶ GUIA PARA A ANÁLISE CUSTO- BENEFÍCIO ATUALIZADO

A Comissão Europeia publicou recentemente uma versão atualizada do Guia para a análise custo-benefício, obrigatório para todos os grandes projetos apresentados aos ESIF em 2014-2020. O Guia da ACB assenta na vasta experiência obtida durante a preparação e a avaliação de grandes projetos durante o período de programação 2007-2013 e visa disponibilizar recomendações práticas e estudos de caso de setores específicos para as autoridades envolvidas em grandes projetos e para todos os consultores a cargo da elaboração da documentação desses projetos. O guia apresenta os requisitos regulamentares para o processo de avaliação dos projetos e as decisões relacionadas inseridas no contexto de grandes projetos e define princípios orientadores para setores específicos. O Guia foi redigido por uma equipa liderada por **Davide Sartori** do Centre for Industrial Studies de Milão, com o contributo de um painel científico dirigido pelo **Professor Massimo Florio** e peritos da JASPERS.

(<http://www.jaspers-europa-info.org/>)



▶ SAIBA MAIS

<http://europa.eu/!wc37t>

ORIENTAÇÃO PARA BENEFICIÁRIOS CRIA LIGAÇÕES PARA OUTROS FUNDOS DA UE

A Comissão Europeia publicou recentemente um novo guia em todas as línguas oficiais da UE que explica como aceder e utilizar eficazmente os Fundos Estruturais e de Investimento Europeus e como explorar complementaridades com instrumentos de financiamento de outras políticas da UE relevantes. As ligações fornecidas ao longo do documento permitirão aos potenciais beneficiários percorrer toda a panóplia de material disponível online, direcionando-os para os Web sites e documentos mais prementes e úteis. Está igualmente disponível online uma lista de verificação para ajudar os potenciais beneficiários a identificar as fontes de financiamento mais adequadas.

▶SAIBA MAIS
Disponível em 22 idiomas.
<http://europa.eu/lcn47JG>



OPEN DAYS 2015 LANÇAMENTO DA SEMANA EUROPEIA DAS REGIÕES E CIDADES

A 13.ª edição dos OPEN DAYS realizar-se-á entre 12 e 15 de outubro em Bruxelas. Este ano, o lema geral é «**Cidades e regiões da Europa: parceiros para o investimento e o crescimento**». As inscrições serão abertas em julho.



▶SAIBA MAIS
http://ec.europa.eu/regional_policy/opendays/od2015/



▶O Comissário da Energia, Maroš Šefčovič, apresenta o «Pacote Energético» ao Parlamento Europeu a 25 de fevereiro.

À POLÍTICA DE COESÃO CONTRIBUI PARA A ESTRATÉGIA DA UNIÃO DA ENERGIA

A 25 de fevereiro de 2015, a Comissão Europeia adotou uma estratégia-quadro para criar uma União da Energia resistente com uma política inovadora em matéria de alterações climáticas. Esta estratégia procura reduzir a dependência energética, promover o fluxo livre de energia entre fronteiras, reforçar a eficiência energética e apoiar a transição para uma economia assente num baixo nível de emissões de carbono.

A política de coesão desempenhará um papel significativo na aplicação da estratégia da União da Energia no terreno, graças a projetos que oferecem benefícios reais para os cidadãos. Ao longo do período de 2014-2020, serão investidos 38 mil milhões de euros do financiamento da política de coesão na economia assente num baixo nível de emissões de carbono (o dobro do montante gasto neste domínio durante o período de financiamento anterior). Esta medida ajudará os Estados-Membros, as regiões, os governos locais e as cidades a realizar investimentos tão necessários no domínio da eficiência energética em edifícios, das energias renováveis, das redes energéticas inteligentes ou dos transportes urbanos sustentáveis.

Deste modo, em consonância com alguns dos principais objetivos da União da Energia, os nossos investimentos ajudarão a reduzir as importações dispendiosas de energia, a diversificar as nossas fontes de energia, a lutar contra a pobreza energética e a reduzir as emissões, bem como a criar emprego e a apoiar as pequenas e médias empresas.

▶SAIBA MAIS
<http://ec.europa.eu/priorities/energy-union/>



▶ ESTÓNIA

▶ ESTÓNIA NA VANGUARDA COM SERVIÇOS ELETRÓNICOS AVANÇADOS PARA OS CIDADÃOS

A Estónia está a impor-se como uma das sociedades eletrónicas mais avançadas do mundo. A sua mais recente inovação é um cartão de residência eletrónico para cidadãos estrangeiros. Muitas das infraestruturas de governo eletrónico da Estónia beneficiaram de investimentos ao abrigo do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional.

Os serviços eletrónicos da Estónia já causaram sensação junto da imprensa internacional. Para a CNN, a Estónia é «uma nação digital movida por tablets e smartphones». A BBC fez uma reportagem sobre os seus «serviços governamentais online e sem suporte em papel». O *Le Monde* apelidou o país de «cybersentinelle de l'Occident» (a «cibersentinela» do ocidente). O *Wall Street Journal* e o *The Times of India* escreveram exaustivamente sobre este tema: «Um cartão de identificação eletrónico permite uma vida digital sem uma presença física» e «Residência digital atrai empreendedores indianos».

Ao longo dos últimos dez anos, a Estónia assumiu um papel de liderança a nível mundial no que respeita à utilização de serviços baseados na Internet para os seus cidadãos. Como resultado, os cidadãos estónios desfrutam agora de uma grande diversidade de serviços eletrónicos públicos e privados, em domínios tão distintos como os cuidados de saúde, as eleições ou o IRS. Os peritos da Estónia já foram contactados por representantes de governos de todo o mundo que querem saber como o milagre aconteceu.

Este progresso digital resulta de uma parceria entre um governo inovador, um setor das TIC proativo e uma população com avançados conhecimentos tecnológicos, apoiada pelo financiamento do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, que contribuiu para o desenvolvimento de infraestruturas de TI, de redes e de aplicações para os serviços online.

«E-Estonia»

Na base do desenvolvimento da «E-Estonia», como foi apelidada, encontra-se a disponibilidade, em todo o país, de Internet Wi-Fi, à qual até é possível aceder nas florestas. 71% dos agregados familiares têm Internet e estão disponíveis ligações Wi-Fi rápidas em mais de 1 100 locais públicos. Todas as escolas da Estónia têm ligação à Internet.

77% da população com idades entre os 16 e os 74 anos utiliza a Internet e os cidadãos utilizam sistematicamente serviços eletrónicos para questões relacionadas com eleições, impostos, polícia, cuidados de saúde, banca e escola.

O acesso digital passou a ser a norma e, em 2012, mais de 94% das declarações de IRS foram apresentadas através do portal e-Tax, criado pelo Conselho Fiscal e Aduaneiro da Estónia. 98% das transações bancárias na Estónia são realizadas através da Internet.

Custo total:
163 000 000 EUR
Contribuição da UE:
63 000 000 EUR



► O Presidente da Estónia, Thomas Hendrik Ilves, ofereceu um dos primeiros cartões de identificação eletrónicos do país ao Presidente dos EUA, Barack Obama, durante uma visita recente a Talin.

«Os cidadãos podem fazer basicamente tudo online, até mesmo divorciarem-se. Agora, só são mesmo necessários papéis para casar», brinca um dos conselheiros em assuntos digitais da Representação Permanente da Estónia junto da União Europeia.

Cartão de identificação eletrónico

Quase 90% dos habitantes (1,1 milhão de pessoas) têm um cartão de identificação eletrónico estónio que funciona como documento de identificação e também como documento de viagem dentro da União Europeia.

O cartão inclui um chip com informações pessoais e serve como prova digital de identidade para permitir a autenticação ao utilizar serviços online. Além do cartão de identificação, os cidadãos estónios também podem utilizar os telemóveis para comprovar a sua identidade e aceder a serviços online.

Educação e cuidados de saúde

Em janeiro de 2010, a Estónia começou a utilizar um sistema de informação médica que permite aos cidadãos ver o seu próprio historial médico digital mediante a confirmação da sua identidade com um cartão de identificação. Para comprar medicamentos numa farmácia, já não são necessárias receitas escritas. Os médicos passam receitas eletrónicas

que podem ser utilizadas para fazer compras em qualquer farmácia com o cartão de identificação.

Os pais podem aceder online às notas e aos trabalhos de casa dos seus filhos através da aplicação e-School. O sistema de ensino também foi transferido para o universo eletrónico com resultados de exames centralizados através do portal estatal. Além disso, as candidaturas à universidade também são apresentadas através do sistema baseado na Internet do Estado.

Eleições eletrónicas

Desde 2005, todos os cidadãos da Estónia podem votar eletronicamente através da Internet, utilizando um cartão ou um telemóvel como forma de identificação, a partir de casa ou até mesmo no estrangeiro. Nas últimas eleições parlamentares, realizadas em março, 30,5% dos eleitores utilizaram o sistema de votação eletrónica.

Negócios eletrónicos

Agora, os empreendedores podem criar uma empresa na Estónia diretamente a partir do seu computador pessoal. O recorde do portal de negócios eletrónicos para a criação e o registo de uma empresa é de 18 minutos. O sistema reconhece também cartões de identificação da Bélgica, da Finlândia, da Lituânia e de Portugal, estando previsto um alargamento no futuro.

Residência eletrónica

Em 2015, os serviços online foram alargados a não residentes graças ao projeto de residência eletrónica único e pioneiro da Estónia. De facto, os não residentes no país podem agora obter um documento digital de residência eletrónica que lhes permite aceder a serviços eletrónicos públicos e privados e operar na Estónia. Este documento não concede qualquer autorização de residência e não pode ser utilizado como um documento de identificação físico nem como documento de viagem. Até 2020, serão investidos anualmente entre 300 000 EUR a 500 000 EUR no programa de residência eletrónica.

► SAIBA MAIS
<https://e-estonia.com/>



Custo total:
485 000 EUR
Contribuição da UE:
193 000 EUR

▶ SUÉCIA

▶ EXTRAIR ENERGIAS RENOVÁVEIS DO MAR

Um projeto de investigação ao longo da costa sul da Suécia demonstrou que é possível transformar nutrientes marinhos do fundo do mar e resíduos de peixes industriais num biocombustível valioso.

No âmbito do projeto «Biogás – novo substrato do mar», cientistas no Condado de Kalmar, Suécia, têm-se dedicado à investigação do potencial ambiental e económico da produção de biogás a partir de diversos produtos disponíveis no fundo do mar ao longo da sua linha costeira. Têm-se debruçado, em especial, sobre o potencial para a produção de gás metano dos juncos, das algas, dos mexilhões e dos resíduos de peixes e sobre as condições necessárias para produzir biogás renovável.

A investigação constatou que os resíduos de peixes de uma fábrica de processamento de peixes local produzia os melhores resultados e que a qualidade do biogás resultante era semelhante à qualidade obtida com a utilização de materiais tradicionais como o estrume e as águas residuais.

Este projeto que se prolongou por quatro anos e foi concluído em 2013 analisou toda a cadeia de produção de biogás, da recolha de substratos aos efeitos da extração sobre os fluxos de nutrientes e a conservação dos recursos marinhos. Os cientistas descobriram que, além de gerar um biocombustível valioso, a utilização de nutrientes marinhos também reduzia o excesso de nutrientes no mar. Com efeito, o Mar Báltico é afetado por um excesso de nutrientes, o que pode resultar em baixos níveis de oxigénio no mar, provocando a morte de peixes, caranguejos, ostras e outros animais aquáticos. A utilização de recursos marítimos na produção de biogás elimina muitos destes nutrientes desnecessários.

Uma maior utilização de biogás em veículos como automóveis e camiões contribuiria para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e é fundamental para que o Condado de Kalmar cumpra a sua meta de se tornar uma região livre de

combustíveis fósseis até 2030. No Condado de Kalmar, a gasolina e o gasóleo representam dois terços das emissões de dióxido de carbono provenientes dos combustíveis fósseis. A combustão do biogás não liberta qualquer dióxido de carbono proveniente de combustíveis fósseis, sendo, por isso, um combustível ecológico. No entanto, a totalidade dos resíduos domésticos, do estrume e das lamas de depuração disponíveis no condado produziria biogás suficiente para alimentar apenas um décimo dos automóveis do condado. Deste modo, a exploração dos recursos marítimos da área faz sentido do ponto de vista ambiental e económico.

A população local poderia beneficiar da utilização do biogás com o aparecimento de novas oportunidades de emprego, caso sejam necessários novos produtos, bens e serviços para a recolha e a produção do gás. De facto, o reprocessamento dos resíduos de peixes em grande escala já é uma realidade, com o material residual a ser transportado por condutas diretamente da fábrica de processamento de peixe para Lucerna, onde é produzido o biogás.

Por outro lado, ainda são necessários novos desenvolvimentos técnicos para permitir a utilização económica de juncos, algas ou mexilhões para a produção de biogás em grande escala. No entanto, já surgiram novos projetos, como o SEAFARM (dedicado às algas) e o AQUATECH (dedicado aos mexilhões).

«A utilização de recursos marítimos na produção de biogás aumentaria a produção de energias renováveis e reduziria o impacto sobre o clima. Porém, são necessários mais progressos técnicos antes de ser possível utilizar estes recursos para a produção económica e em grande escala de biogás», afirmou **Henrik Blomberg**, diretor do programa operacional para «Småland e Ilhas».

▶ SAIBA MAIS
www.rfkl.se/biogas-hav

▶ COOPERAÇÃO TERRITORIAL EUROPEIA

▶ CRIAÇÃO DE UM ITINERÁRIO CULTURAL ENTRE A HUNGRIA E A ESLOVÉNIA

Foi criada uma nova rota turística que recria as viagens de São Martinho de Tours pela Hungria e pela Eslovénia, dando origem a um destino turístico transfronteiriço e representando a primeira parte de uma rota de peregrinação através da Europa.

São Martinho foi Bispo de Tours no século IV e é hoje um dos mais celebrados santos cristãos da Europa. Nasceu na que é atualmente a cidade de Szombathely, na Hungria, apesar de ter passado a maior parte da sua vida adulta em França. É considerado uma ponte espiritual por toda a Europa.

O projeto «Via Savaria» possibilitou o desenvolvimento da primeira secção, com 400 km de comprimento, da Grande Rota Cultural Europeia de São Martinho pela Eslovénia e pela Hungria, em direção a Tours, em França.

Em 2005, o Conselho da Europa declarou que a estrada entre Szombathely, Hungria, e Tours, França, deveria ser um Itinerário Cultural Europeu e apresentar os impressionantes monumentos em honra da vida e obra do santo mais popular da Europa, tendo essa declaração inspirado o desenvolvimento deste projeto.

São Martinho de Tours nasceu no ano 316 d.C., na antiga cidade de Savaria, Panónia. Hoje em dia, essa cidade é conhecida como Szombathely. A figura de São Martinho de Tours é um símbolo da importância da partilha mútua. Em 2016, a sua vida será celebrada em toda a Europa.

O projeto Via Savaria foi lançado em 2009, em Szombathely, e pretende recriar o percurso do peregrino através de três países. Contou com o apoio dos governos da Eslovénia e da Hungria, que ansiavam promover o ponto de vista do turismo. Tanto municípios como partes interessadas importantes ao longo da rota aderiram ao projeto, o que resultou na cooperação entre 15 parceiros, nove da Eslovénia e seis da Hungria.



Custo total:
1 435 000 EUR
Contribuição da UE:
1 187 000 EUR

O objetivo global do projeto é apoiar o desenvolvimento social e económico sustentável na região fronteira entre a Hungria e a Eslovénia por meio de um projeto de turismo cultural conjunto, que teria efeitos positivos no desenvolvimento económico local.

Com a execução do projeto Via Savaria, foi criada a primeira secção de 400 km da Rota Cultural Europeia de São Martinho de Tours, entre Szombathely, na Hungria, e Zreče, na Eslovénia (a rota completa entre Szombathely e Tours, em França, prolonga-se por 2 500 km).

O projeto implicou uma investigação científica sobre a vida e obra de São Martinho de Tours, bem como sobre o património cultural e natural ao longo da rota, dando origem à criação de 38 áreas de repouso com quadros informativos e mesas e bancos. Adicionalmente, foram estabelecidos pontos de informação e centros gastronómicos e vitícolas ao longo da rota, além de um centro de exposições e de um parque temático.

▶ SAIBA MAIS
www.viasanctimartini.eu/en

AGENDA 2015

27-28 DE ABRIL

_Bruxelas (BE)

GROW your REGION:
Promover a especialização
inteligente e a
transformação económica
através de clusters

2 DE JUNHO

_Bruxelas (BE)

Fórum CITIES

15-16 DE JUNHO

_Jūrmala (LV)

**6.º Fórum Anual da
Estratégia da UE para
a Região do Mar Báltico**

12-15 DE OUTUBRO

_Bruxelas (BE)

**OPEN DAYS: 13.ª Semana
Europeia das Regiões
e Cidades**

13 DE OUTUBRO

_Bruxelas (BE)

**Cerimónia dos Prémios
RegioStars**

Poderá encontrar mais informações sobre estes eventos na secção Agenda do Web site Inforegio:

http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/newsroom/events/

MANTENHA-SE LIGADO

 http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

 www.twitter.com/@EU_Regional

 www.yammer.com/regionetwork
Plataforma colaborativa da DG REGIO

 www.flickr.com/euregional

 Inscreva-se no nosso «REGIOFLASH»
www.inforegiodoc.eu

 www.twitter.com/CorinaCretuEU



■ Serviço das Publicações

Comissão Europeia, Direcção-Geral da Política Regional e Urbana
Comunicação – Ana-Paula Laissy
Avenue de Beaulieu 1 – B-1160 Bruxelas
Courriel: regio-panorama@ec.europa.eu
Internet: http://ec.europa.eu/regional_policy/pt/

